



PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 90006/2026

CONTRATANTE (UASG)

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS (926677)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços continuados de manutenção predial**, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.607.991,65

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/03/2026 às 10:00h, no Portal www.gov.br/compras/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COTAS ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	5
4. DA SESSÃO PÚBLICA	7
5. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA FASE COMPETITIVA.....	8
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	9
7. DO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.....	10
8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	13
9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.....	14
10. DA FASE DE JULGAMENTO.....	16
11. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS).....	18
12. REGRAS GERAIS.....	22
13. DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL.....	24
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	25
15. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	28
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590****CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

(Processo Administrativo CMC-ADM-2025/00487)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Campinas, por meio do Diretor de Materiais e Patrimônio, sediada na Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para **prestação de serviços continuados de manutenção predial**, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, por um **período de 24 (vinte e quatro) meses**.

1.2. A licitação será realizada em **único item**.

1.3. A despesa desta licitação onerará os recursos financeiros classificados sob o número: **01.031.3001.4004.3.3.90.37.04.01.100**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção

3

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas que, por qualquer motivo:

2.6.1. não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.6.3. estejam impedidas de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Campinas, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.6.4. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.5.1. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. Sociedades cooperativas;

2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6.10.1. A vedação de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6.11. Pessoa física ou jurídica enquadrada como devedor contumaz, nos termos do art. 13, inciso I, alínea “b”, da Lei Complementar nº 225, de 2026.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. Os licitantes deverão cadastrar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. O cadastro da proposta se dará mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.2.1. Valor unitário e total do item (que nesta licitação corresponde ao valor global para 24 meses)

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.4. Havendo divergência entre especificações constantes deste edital ou de seus anexos em relação às especificações contidas no sistema, prevalecerão às constantes deste edital e seus anexos.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

3.10. Como o critério de julgamento adotado, nesta licitação, é o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no **Anexo II – Preços Estimados**.

3.11. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.11.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.11.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.11.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.11.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.11.5. Que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.13. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

3.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.16.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.16.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.17. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.17.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.17.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.18. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes ("chat").

4.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelos e-mails licitacoes@campinas.sp.leg.br / compras.camara.campinas@gmail.com,

7

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA FASE COMPETITIVA

5.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (que nesta licitação corresponde ao valor global para 24 meses).**

5.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.4. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

5.7. Será adotado o **modo de disputa “ABERTO”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.7.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.7.2.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.7.3.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.7.4.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.7.5.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.7.6.Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.11. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

6.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

6.2.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

6.2.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

6.2.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.2.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.2.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.2.6. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

6.2.7. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6.2.8. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

6.2.9. constituída sob a forma de sociedade por ações.

6.2.10. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

6.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

6.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

7.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.2. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência.

7.3. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não poderá se utilizar dos benefícios do regime tributário diferenciado em sua proposta de preços e, caso venha a ser contratada, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória a contar do mês seguinte ao da contratação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, excetuadas as situações previstas pelos arts. 17, § 1º, e 18, § 5º-H, da referida lei.

7.4. A licitante que seja beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 12.546/2011, incluindo suas alterações posteriores, deverá observar os valores máximos aceitáveis específicos para empresas com desoneração.

7.4.1. Considerando a propositura de ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei nº 14.784/2023, que estendeu até 31 de dezembro de 2027 os prazos para opção

11

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

pelo regime tributário de desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12.546/2011, e o disposto na Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, que definiu um regime de transição para a contribuição substitutiva prevista na Lei nº 12.546/2011, a licitante beneficiada por esse regime tributário diferenciado deverá certificar-se da plena eficácia das normas por ocasião da elaboração da planilha de custo e da apresentação de sua proposta, especialmente em razão de decisões vigentes ou futuras prolatadas pelo STF na ADI 7633 ou em outra ação pertinente à matéria.

7.4.2. A manutenção de proposta cadastrada que contemple o cálculo da contribuição previdenciária patronal incidente sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento, em desconformidade com a legislação vigente ou com o teor das decisões exaradas pelo STF na ADI 7633, após a abertura da sessão pública deste pregão, implicará na desclassificação da proposta durante a fase de julgamento, mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

7.5.2. Independentemente do percentual de tributo utilizado na composição da proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

8.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.1.2.1. Este critério não será observado até a publicação de regulamento, conforme previsto no [art. 87 da Lei 14.133/2021](#).

8.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, sendo aplicado, para tanto, o [Decreto Federal 11.430/2022](#) e a [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#), até o advento de regulamentação local superveniente;

8.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

8.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

8.2.2. empresas brasileiras;

8.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.4.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.4.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.4.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

8.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, o envio da **PROPOSTA COMERCIAL** (conforme **modelo do ANEXO I-E**) adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. **A proposta deverá estar acompanhada dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO arrolados no item 11 do presente Edital** e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos.

9.1.2. A proposta deverá, ainda, estar acompanhada da **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**, conforme modelo constante do **Anexo II-A**, e dos seguintes anexos:

a) declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta (modelo no Anexo V);

b) cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

c) cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

d) declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2.1. **A proposta e planilha de custos deverão se embasar em convenção coletiva vigente na data de apuração do preço estimado desta licitação, qual seja 15/01/2026.**

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

9.2. É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

9.3. Deverá ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos por categoria, conforme **Anexo II - A**, especialmente os variáveis, cujo cálculo dependa de dados estatísticos e que não sejam decorrentes de obrigação legal. Tal memorial será avaliado pelo Pregoeiro, com o suporte técnico da Equipe de Apoio, havendo a possibilidade de diligências e complementação de informações, caso se entenda necessário.

9.4. Será considerada indevida a inclusão, na planilha de custos e formação de preços, de benefícios estabelecidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho que:

- a) atribuam exclusivamente ao tomador de serviços a responsabilidade pelo seu custeio;
- b) estabeleçam distinções entre os trabalhadores alocados nos postos de trabalho do tomador de serviços e os demais trabalhadores da empresa;
- c) condicionem o benefício à liberalidade do tomador de serviços; e
- d) sejam aplicáveis apenas aos contratos com a Administração Pública.

9.5. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

9.6. O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

9.6.1. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9.7. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para os e-mails

15

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

licitacoes@campinas.sp.leg.br / compras.camara.campinas@gmail.com, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

9.8. **O PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DEMAIS DOCUMENTOS PREVISTOS NOS SUBITENS 9.1.1 E 9.1.2 SERÁ DE 2 (DUAS) HORAS** a contar da convocação pelo sistema, sendo facultado ao Pregoeiro prorrogá-lo, mediante solicitação da licitante no “chat”, antes de findo o prazo.

9.8.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.9. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.10. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. Esta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Relação de apenados de impedimento de contrato/licitação mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);

e) Cadastro de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa, mantida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

10.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

10.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.6. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

10.6.1. Contiver vícios insanáveis;

10.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação após tentativa de negociação do pregoeiro;

17

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A

SIGA 



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

10.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7.1. Caso o valor do lance final, seja o total da proposta ou de algum item que a compõe, esteja abaixo de 50% do valor estimado, o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta atualizada, documentos comprobatórios de exequibilidade (custos de insumos, produtividade, condições operacionais, etc.) ou custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, sob pena de desclassificação, conforme previsto no item 10.6.4 deste Edital e no [art. 59, III, da Lei 14.133/2021](#).

10.8. Poderão ser efetuadas diligências, mesmo após finalizado o prazo para apresentação de proposta e documentos, em prazo razoável e isonômico a ser fixado pelo pregoeiro, prorrogável uma única vez, por igual período:

10.8.1. Para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, caso haja indícios de inexecuibilidade;

10.8.2. Para correção de erros formais, que não alterem a substância da proposta, sendo vedada a alteração de marca e/ou modelo inicialmente ofertada;

10.9. Após a análise da documentação apresentada, bem como respeitados os prazos mencionados nos itens anteriores, a exequibilidade da proposta permaneça sem comprovação, esta será desclassificada.

10.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)

11.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conjuntamente com a proposta atualizada, conforme disposto no **item 9 e subitens** do presente Edital.

11.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, que serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e deverão estar em nome da pessoa jurídica licitante, são os seguintes:

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

11.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Tratando-se de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

e) No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país**, Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.2.1.1. Os documentos arrolados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

11.2.1.2. **Comprovação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte**, por meio de:

- a) Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerça atividade empresarial;
- b) Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área, que não a empresarial;
- c) Comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional.

11.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

11.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.2.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

11.2.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da Sede do Licitante, que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente, ou através de sistema eletrônico (ficando sua aceitação, nesse caso, sujeita à verificação de veracidade via internet), que demonstre a regularidade, ao menos, do ISS – Imposto sobre Serviços;

11.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

11.2.2.6. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social e ao FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

11.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.2.3.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

11.2.3.2. **Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício** dos dois últimos exercícios sociais, acompanhados de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando o atendimento pelo licitante dos seguintes índices:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

b) Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo 8,33% do valor global da proposta, deduzidos os insumos dos serviços;

c) Patrimônio líquido (PL) mínimo igual ou superior a 10% do valor referente a 12 (doze) meses do estimado para a contratação.

11.2.3.2.1. A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida no subitem 11.2.3.2 (balanço patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício – DRE).

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

11.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL:

11.2.4.1. Comprovação de aptidão, que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, se dará por meio da apresentação de pelo menos um **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, **que comprove:**

a) **Prestação de serviços similares de manutenção predial continuada, executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 1 (um) ano.**

a.1. Será aceito o somatório de atestados para comprovar **período mínimo de experiência**, sendo que os períodos concomitantes deverão ser computados uma única vez.

a.2. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitados, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de contratos, notas fiscais, dentre outros documentos.

a.3. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

11.2.4.2. **Atestado de Vistoria** (conforme modelo do **Anexo I-C**) ou **Declaração** de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do **Anexo I-D**.

11.2.5. Outras comprovações:

11.2.5.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, conjuntamente com a proposta comercial atualizada, declaração subscrita por representante legal do licitante, conforme disposto no **Anexo IV – Modelo de Declarações**.

12. REGRAS GERAIS

12.1. O descumprimento do prazo de habilitação disposto **no item 9.8** ensejará a inabilitação do licitante.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

12.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação anexados ao sistema poderão ser solicitados a qualquer momento, podendo ser apresentados em original, cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela legislação.

12.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.6. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. [\(IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º\).](#)

12.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. [\(IN nº 3/2018, art. 7º, caput\).](#)

12.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. [\(IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único\).](#)

12.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.11. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

12.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, no prazo de 2 horas, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- d) Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.

12.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.8**.

12.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13. DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos** do término da fase de julgamento das propostas e, novamente, após o término da fase de habilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

23

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.2. Após a declaração final da vencedora do certame (fase de habilitação) a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 9.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**.

13.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o subitem anterior.

13.4. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do processo administrativo, na forma do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campinas nº 15/2022.

13.5. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal de Campinas, para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado da contratação.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor estimado da contratação.

14.4.3. O valor estimado da contratação, para fins de base de cálculo das multas, será o somatório dos valores de todos os grupos/itens que compõe a contratação.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.16. As infrações administrativas relativas à fase de execução contratual serão regidas pelas regras especiais contidas nos respectivos contratos assinados, conforme o **Anexo III – Minuta de Termo de Contrato**.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

27

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados **exclusivamente por forma eletrônica**, pelos seguintes e-mails: licitacoes@campinas.sp.leg.br ou compras.camara.campinas@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não** suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. O pregão poderá ser retomado após a homologação da licitação, para aplicação dos procedimentos previstos nos §§ 2º e 8º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exceto aos indicados na minuta de contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.10. Em atenção ao disposto na Lei Municipal 15.593/2018, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.290, de 17 de abril de 2019, a Contratada recrutará, preferencialmente, mão de obra oriunda do Programa de Atenção à População em Situação de Rua, “Parceiros da Cidade – Mão Amiga”, devendo, neste caso, entrar em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH, pelos seguintes canais de comunicação: Telefone: (19) 2515-7292; Celular: (19) 99394-0974; Av. Anchieta, 343, 5º andar, Campinas/ SP.

16.11. Em atendimento ao disposto no Comunicado GP 03/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, arrola-se abaixo as regulamentações à Lei nº 14.133/2021, editados no âmbito da Câmara Municipal de Campinas, que poderão ser acessados no seguinte link: <https://sapl.campinas.sp.leg.br/norma/pesquisar>:

16.11.1. Ato da Mesa Diretora nº 05/2023 (Regulamenta os §§3º e 5º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do legislativo municipal);

16.11.2. Ato da Mesa Diretora nº 01/2024 (Regulamenta o §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021, para dispor sobre os procedimentos relativos à pesquisa de preços e a definição do preço máximo para as contratações por licitação, dispensa ou inexigibilidade);

16.11.3. Ato da Mesa Diretora nº 02/2024 (Regulamenta o §2º do art. 23 da lei nº 14.133/2021, para dispor sobre os procedimentos relativos à pesquisa de preços e a definição do preço máximo nos processos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia);

16.11.4. Ato da Mesa Diretora nº 05/2024 (Dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, em conformidade com o §1º do art. 20 da Lei nº 14.133/2021);

16.11.5. Ato da Mesa Diretora nº 06/2023 (Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual, no âmbito da Câmara Municipal de Campinas);

29

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

SIGA 



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

16.11.6. Ato da Mesa Diretora nº 07/2025 (Dispõe sobre a observância de custos, mínimos relevantes de remuneração nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Câmara Municipal de Campinas, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

16.11.7. Ato da Mesa Diretora nº 12/2025 (Dispõe sobre os procedimentos para convocação de licitante remanescente e a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de não assinatura contratual ou de rescisão do contrato vigente, conforme artigo 90 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.13. Fica assegurado a esta Câmara, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campinas: <https://transparencia.campinas.sp.leg.br/licitacoes-contratos-convenios-e-obras/licitacoes/>

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I: Termo de Referência;
- ANEXO I-A: Especificações Gerais dos Serviços;
- ANEXO I-B: Diretrizes de Saúde e Segurança no trabalho;
- ANEXO I-C: Modelo de atestado de vistoria;
- ANEXO I-D: Modelo de declaração de responsabilidade por dispensa de vistoria;
- ANEXO I-E: Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO II: Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços;
- ANEXO II-A: Modelo de Planilha de Composição de Custos (Editável)
- ANEXO III: Minuta de Termo de Contrato;
- ANEXO III-A: Termo de Ciência e Notificação;
- ANEXO IV: Modelo de Declarações. (Subitem 11.2.5);

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

- ANEXO V: Modelo de Declaração de responsabilidade pelo enquadramento sindical.

Campinas, 03 de março de 2026.

Julio Cesar Favinha

Diretor de Materiais e Patrimônio



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção predial, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas nesse instrumento.

Item	Especificação Técnica	CATSER	Unidade de Medida	Qtde
01	Serviços de Manutenção Predial – Oficial de Manutenção (Regime global)	1627	Posto mês	04
02	Serviços de Manutenção Predial – Eletricista (Regime global)	1627	Posto mês	02
03	Serviços de Manutenção Predial – Encarregado de Manutenção (Regime global)	1627	Posto mês	01
04	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias em dias úteis e aos sábados – Oficial de Manutenção (Regime unitário)	1627	Hora	280
05	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Oficial de Manutenção (Regime unitário)	1627	Hora	120
06	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias em dias úteis e aos sábados – Eletricista (Regime unitário)	1627	Hora	140
07	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Eletricista (Regime unitário)	1627	Hora	60
08	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias em dias úteis e aos sábados – Encarregado de Manutenção (Regime unitário)	1627	Hora	70
09	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Encarregado de Manutenção (Regime unitário)	1627	Hora	30

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

1.2. O(s) serviço(s) objeto dessa contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de início da prestação dos serviços, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Informações complementares quanto à vigência da contratação constam da minuta de contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sustentabilidade

3.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.1.1. Aproveitamento da ventilação e iluminação naturais dos edifícios na execução de suas atividades;

3.1.1.2. Levantamento periódico da situação das instalações elétricas e proposição de alterações para redução do consumo;

3.1.1.3. Monitoramento do consumo de energia em suas atividades, priorizando a medição individualizada, preferencialmente por seção ou uso final (iluminação, condicionamento de ar e outros);

3.1.1.4. Minimização do consumo de energia reativa excedente decorrente de equipamentos ineficientes. O fator de potência dos equipamentos instalados deve ser, pelo menos, acima de 0,92, conforme Resolução Aneel nº 414/2010;

3.1.1.5. Utilização de equipamentos e aparelhos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), aposta ao produto e/ou embalagem,

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

da classe de maior eficiência, representada pela letra “A”;

3.1.1.6. Redução do consumo de energia elétrica no “horário de ponta”, no qual o valor do kWh é mais elevado;

3.1.1.7. Levantamento da situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo e/ou reuso da água;

3.1.1.8. Monitoramento do uso da água em suas atividades, priorizando sistema de medição individualizado de consumo de água; e

3.1.1.9. Rotinas preventivas e corretivas de manutenção para identificação e reparo de vazamentos ao longo da rede hidráulica.

3.2. Subcontratação

3.2.1. Poderão ser objeto de subcontratação por parte da empresa vencedora desse certame, com anuência da CONTRATANTE, os seguintes serviços:

3.2.1.1. Limpeza, desobstrução e retirada de elementos sólidos de ralos, caixas de inspeção, caixas de gordura, redes de esgoto (hidrojateamento), aparelhos sanitários e galerias de captação de águas pluviais;

3.2.1.2. Limpeza e/ou realização de reparos em fossas sépticas com a retirada de resíduos sólidos e descarte em consonância com a legislação ambiental;

3.2.1.3. Locação de equipamento para serviços de elevação, içamento, movimentação e manuseio de cargas e materiais;

3.2.1.4. Locação de caçamba ou caixa estacionária para remoção e descarte de entulho,

3.2.1.5. Locação de máquinas, equipamentos e ferramentas; e

3.2.1.6. Atividades de alta especialização não dominadas pela contratada.

3.2.2. A proposta de subcontratação, no ato da execução, deverá ser apresentada por escrito, e somente após a aprovação da fiscalização do contrato os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados.

3.2.3. A CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a CONTRATADA, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

causarem.

3.2.4. É terminantemente proibido qualquer tipo de subcontratação por parte da CONTRATADA sem a autorização expressa da CONTRATANTE.

3.2.5. Considerar-se-á a CONTRATADA como conhecedora dos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as subcontratações permitidas por este Termo de Referência, bem como as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de serviços extras ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.

3.3. Garantia da contratação

3.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

3.4. Vistoria

3.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é altamente recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

3.4.2. A vistoria deverá ser agendada junto à Coordenadoria de Manutenção e Conservação, através do telefone (19) 3736-1612 e/ou e-mail cmcon@campinas.sp.leg.br.

3.4.3. Ao final da vistoria deverá ser emitido atestado, conforme ANEXO I - C: MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA, o qual deverá ser assinado em duas vias pelo servidor designado e pelo representante da licitante.

3.4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

3.4.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.4.6.1. Caso opte pela não realização da vistoria, a licitante deverá entregar declaração de responsabilidade assinada por seu representante legal, conforme ANEXO I - D: MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DISPENSA DE VISTORIA.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições de execução

4.1.1. O serviço contratado será executado pelas seguintes categorias profissionais, conforme definido na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO:

- Encarregado de Manutenção – CBO 7102-05.
- Oficial de Manutenção Predial – CBO 5143-25;
- Técnico Eletricista – CBO 3131-30;

4.1.2. A remuneração deverá observar os pisos salariais e benefícios previstos na **Convenção Coletiva de Trabalho da Construção Civil de Campinas e Região (SINDUSCON-SP - CCT 2024-2026 – MTE SP009407/2024)**, vigente até 30/04/2026, abrangendo Campinas e Região ou outra que vier a substituí-la.

4.1.3. Constituem custos mínimos relevantes para a presente contratação:

4.1.3.1. Os valores de honorários devidos aos profissionais contratados, inclusive salário-base e adicionais;

4.1.3.2.

Descrição	Referência	Valor Base (R\$)	Observação
Piso salarial – Oficial de Manutenção Predial	CCT 2024–2026 (STICM/SINDUSCON-SP)	R\$ 2.627,04	Profissional qualificado
Piso salarial – Técnico Eletricista	Idem	R\$ 2.627,04 + 30% =3,415,15	Adicional de periculosidade, conforme art. 193 da CLT e NR-

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

			16
Piso salarial – Encarregado de Manutenção	Idem	R\$ 2.627,04 + 40% =3.677,86	Profissional qualificado acrescido de adicional de acúmulo para função de maior complexidade técnica

4.1.3.2 Os valores de auxílio alimentação e/ou demais benefícios previstos na convenção coletiva supramencionada.

4.1.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.4.1. Início da execução do objeto: em até 10 (dez) dias úteis, da emissão da ordem de serviço.

4.2. Local da prestação de serviços

4.2.1. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

4.2.1.1. Sede da CONTRATANTE: Avenida da Saudade, nº. 1004, Ponte Preta – Campinas – SP – CEP: 13041-670, incluindo o passeio público, no que se refere à infraestrutura pertencente ao patrimônio da CONTRATANTE ou cuja manutenção seja de sua responsabilidade; e

4.2.1.2. Torre de transmissão da TV Câmara: Rua José Martins Lourenço, nº. 235 Sala 06, Jardim São Gabriel – Campinas – SP – CEP: 13046-290

4.3. Rotinas a serem cumpridas

4.3.1. A execução contratual observará as rotinas descritas no Anexo I – A: ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS.

4.4. Materiais a serem disponibilizados

4.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar aos seus empregados os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição imediata sempre que necessário, independente da vida útil estimada nas tabelas de referência para fins de composição de custos, assumindo integralmente a responsabilidade e o ônus pela reposição decorrente de desgaste, quebra ou obsolescência.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



**CÂMARA MUNICIPAL DE
CAMPINAS**

Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

ITEM	EQUIPAMENTO/ FERRAMENTA	QTD E	Vida Útil Anos
1	Alicate de corte com cabo isolado	1	10
2	Alicate bomba d'água pequeno	1	10
3	Alicate bomba d'água grande	1	10
4	Alicate de pressão	2	10
5	Alicate para rebites tipo "pop" (com kit de rebites variados)	1	10
6	Alicate universal com cabo isolado	1	10
7	Arco de Serra comum	2	10
8	Aplicador de silicone	1	2
9	Aspirador de Pó e água 1.200W ou superior (com refil)	1	10
10	Bomba de borracha p/ desobstrução de esgoto	1	10
11	Bomba de borracha p/ desobstrução de vaso sanitário	1	10
12	Brocas de aço vídea (jogo com as peças nas medidas de 3 a 10 mm e intermediárias)	1	1
13	Brocas de aço para madeira (jogo com as peças nas medidas de 3 a 10 mm e intermediárias)	1	1
14	Brocas de aço rápido (jogo com as peças nas medidas de 3 a 10 mm e intermediárias)	1	1
15	Brocas de aço rápido (jogo com as peças nas medidas de 1/16" a 1/2" e intermediárias)	1	1
16	Brocha (jogo/vários tamanhos)	1	2
17	Calibre (paquímetro) 250 mm	1	10
18	Carrinho de mão	1	10
19	Chave Allen (jogo com peças de 3 a 10 mm e intermediárias)	1	10
20	Chave de boca de nº. 8 a nº. 24 mm e intermediárias (jogo)	1	10

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A

SIGA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
CAMPINAS**

Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

21	Chave combinada de nº. 8 a nº. 24 mm e intermediárias (jogo)	1	10
22	Chave cachimbo de nº. 8 a 24 mm e intermediárias (jogo)	1	10
23	Chave catraca (jogo)	1	10
24	Chave de fenda ¼ x 6"	1	10
25	Chave de fenda ¼ x 8"	1	10
26	Chave de fenda 1/8 x 3, 3 x 75mm	1	10
27	Chave de fenda 1/8x6	1	10
28	Chave de fenda cotoco (jogo)	1	10
29	Chaves de grifo nº 08", 10", 12", 14", 18", 24", 36"	1	10
30	Chave INGLESA de 10, 12 e 14 polegadas (jogo)	1	10
31	Chave para montar e desmontar misturador de pia	1	10
32	Chave p/ trocar reparo DECA	1	10
33	Chave Philips ¼ x 5"	1	10
34	Chave Philips 1/8 x 3, 3 x 75 mm	1	10
35	Chave Philips 3/ 16 x 3"	1	10
36	Chave Philips 3/16 x 4, 3 x 75mm	1	10
37	Chave Philips cotoco (jogo)	1	10
38	Conjunto de 4 peças de grampo (sargentos)	1	10
39	Colher de pedreiro	2	5
40	Compressor de ar portátil	1	10
41	Cortadora elétrica (comumente conhecida como "Makita")	1	10
42	Desempenadeira de aço dentada	1	5
43	Desempenadeira de aço lisa	1	5
44	Desentupidor de pias (pequeno)	1	2

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A



**CÂMARA MUNICIPAL DE
CAMPINAS**

Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

45	Escada de fibra com 6 degraus	1	10
46	Escada de alumínio com 10 degraus	1	10
47	Escada extensiva de fibra 4,20 x 7,20 metros	1	10
48	Esmerilhadeira (Lixadeira angular) elétrica	1	10
49	Espátula	1	2
50	Esquadro de mão	1	5
51	Estilete (com refil)	1	2
52	Extensão com 10 metros	1	10
53	Extensão com 20 metros	2	10
54	Ferro de solda 40W (com ponta fina)	1	10
55	Formão 3/4"	1	10
56	Formão 3/8"	1	10
57	Furadeira de Impacto Profissional 800w com capacidade máxima de perfuração: alvenaria 22 mm e madeira 30 mm, com jogo de brocas completo	1	10
58	Furadeira/ Parafusadeira Profissional com duas baterias de no mínimo 18V / 2A	2	10
59	Lanterna recarregável de Leds	2	5
60	Lima chata de 8" bastarda	1	10
61	Lima redonda 6"	1	10
62	Lixadeira elétrica (p/ metal)	1	10
63	Lupa com cabo (60 mm de diâmetro)	1	10
64	Marreta 1kg	1	10
65	Martelo bola	1	10
66	Martelo de borracha	1	10
67	Martelo unha	1	10

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A

SIGA

68	Nível de bolha	1	10
69	Pá (reta)	1	10
70	Pé-de-cabra	1	10
71	Pincéis (vários tipos e tamanhos) – jogo	1	2
72	Prumo	1	10
73	Rolos para pintura de espuma pequeno, médio e grande (jogo)	1	1
74	Rolos para pintura de lã de carneiro pequeno, médio e grande (jogo)	1	1
75	Serra copos (jogo com peças de 1/2" a 2" e intermediárias)	1	5
76	Serra tico-tico	1	10
77	Serrote 20"	1	10
78	Serrote para gesso	1	10
79	Talhadeiras 8" a 10"	1	10
80	Termômetro digital com mira a laser	1	10
81	Tesoura	1	10
82	Trena de aço de 10m	2	10
83	Trena à laser 50 metros	1	10
84	Trinchas (jogo com vários tipos e tamanhos)	1	1
85	Rádio portátil de comunicação HT	2	10
86	Platina elétrica	1	10
87	Computador com conexão à Internet	1	10
88	Impressora e respectivos suprimentos	1	5
89	Multímetro digital (voltímetro, amperímetro e ohmímetro)	1	10
90	Scanner Detector de energia, água e metal em Parede	1	10
91	Chave para válvula americana	1	10





Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

92	Testador de cabos de rede	1	10
93	Decapador de cabos UTP	1	10
94	Sugador de solda	1	10
95	Saca polia 3 garras (120 mm)	1	10

4.4.2. Ademais, a CONTRATADA deverá disponibilizar 01 (um) kit de ferramentas para cada um dos profissionais da equipe permanente, para utilização cotidiana em seu local de trabalho, sendo estes compostos dos seguintes instrumentos/equipamentos/ferramentais básicos abaixo relacionados:

Kit – OFICIAL DE MANUTENÇÃO			
ITEM	EQUIPAMENTO/FERRAMENTA	QTDE	Vida Útil Anos
1	Alicate de bico reto 6"	1	10
2	Alicate universal 8"	1	10
3	Alicate de Corte	1	10
4	Estilete profissional	1	2
5	Jogo de chave Philips (jogo com no mínimo cinco peças)	1	10
6	Jogo de chaves de fenda (jogo com no mínimo cinco peças)	1	10
7	Lanterna recarregável de Led	1	5
8	Trena de aço com 5m	1	10
9	Rádio portátil de comunicação HT	1	10
10	Maleta/bolsa para guarda do Kit ou caixa de ferramentas	1	10

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A

Kit – TÉCNICO ELETRICISTA			
ITEM	EQUIPAMENTO/FERRAMENTA	QTDE	Vida Útil Anos
1	Alicate crimpador para RJ45	1	10
2	Alicate decapador de fios	1	10
3	Alicate de corte com cabo isolado 1000 V	1	10
4	Alicate universal com cabo isolado 1000 V	1	10
5	Alicate de bico reto 6" com cabo isolado 1000 V	1	10
6	Alicate Amperímetro	1	10
7	Alicate prensa terminal (com kit de terminais diversos)	1	10
8	Chave de fenda simples para bornes 6 x 150 ¼ x 6" com cabo isolado 1000 V	1	10
9	Chave de fenda simples para bornes 6 x 150 ¼ x 8" com cabo isolado 1000 V	1	10
10	Detector de tensão sem contato	1	10
11	Estilete profissional	1	5
12	Extensão com 10 metros	1	10
13	Jogo de chave Philips (com no mínimo cinco peças) com isolação 1000 v	1	10
14	Lanterna recarregável de Led	1	5
15	Luvas Isolantes de Baixa Tensão de 400 V	1	2
16	Rádio Portátil de comunicação HT	1	10
17	Maleta ou bolsa para guarda do Kit	1	10

4.4.3. Os equipamentos/ferramentas que utilizam elementos consumíveis (serras, lixas, discos de corte, disco de desbaste e de lixa, brocas de vídea, etc) deverão ser mantidos pela CONTRATADA, na razão mínima de um conjunto de consumíveis nas quantidades especificadas no quadro a seguir, conforme a necessidade. As ferramentas cujo desgaste possa ser corrigido por afiação (serrotes, alicates, tesouras, brocas etc), deverão ser afiados sempre que necessário e, quando além da

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

possibilidade de afiação, substituídos assim que constatada essa impossibilidade. Os equipamentos que demandam baterias (amperímetros, multímetros, rádios), deverão ter uma unidade de bateria reserva à disposição da equipe para substituição imediata, quando necessário.

Qtde	Ferramentas e equipamentos que demandam ou são consumíveis	Tipo de Consumível/Quantidade estimada a ser mantida
2	Alicate amperímetro	Bateria reserva
2	Arco de serra comum	4 serras
1	Cortadora elétrica (comumente conhecida como "Makita")	2 discos de corte para alvenaria 2 discos de corte para metais
1	Esmerilhadeira (Lixadeira angular) elétrica	2 discos de corte 2 discos de lixa de no mínimo 2 granulações distintas
1	Furadeira de Impacto Profissional 800w	1 jogo de brocas completo (vídea, madeira e aço rápido)
2	Furadeira/ Parafusadeira Profissional	2 Jogos de pontas Bits com estojo apropriado

4.4.4 Outros equipamentos, instrumentos, estruturas e ferramentas não relacionados nos kits básicos apresentados nos itens anteriores, deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, sem custo adicional à CONTRATANTE, sempre que necessários à execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

4.4.5 Fica a cargo da CONTRATADA a identificação, conservação e guarda de seu ferramental, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade por eventuais danos ou extravios.

4.4.6 Caso seja necessário qualquer mobiliário para a guarda de ferramental, este deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA.

4.5. Uniformes e EPIs

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.5.1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

4.5.2. O conjunto fornecido para cada empregado deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- 2 (duas) calças jeans ou de brim, novas e sem uso, com identificação da CONTRATADA;
- 3 (três) camisetas, novas e sem uso, com identificação da CONTRATADA;
- 1 (um) agasalho de inverno com identificação da CONTRATADA;
- 1 (um) par de sapatos de segurança;
- 3 (três) pares de meias de algodão; e
- 1 (um) cinto de couro ou couro sintético.

4.5.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.5.4. Os uniformes deverão ser entregues antes do início da execução dos serviços, mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.5.5. Os uniformes desgastados, rasgados, furados, manchados ou desbotados deverão ser substituídos pela CONTRATADA sem qualquer repasse do custo para o empregado. Ao cabo de um ano de uso dos uniformes, os mesmos deverão obrigatoriamente ser trocados.

4.5.6. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados, nos termos do ANEXO I – B: DIRETRIZES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - SST, sem qualquer repasse do custo, os equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários à realização de suas atividades, em perfeito estado de conservação e funcionamento, para utilização nos casos em que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem proteção suficiente.

4.5.7. A CONTRATADA deverá treinar e orientar seus empregados quanto ao uso adequado e obrigatoriedade dos EPIs.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.5.8. Os EPIs que não oferecerem condições integrais de proteção ao trabalhador, por qualquer motivo, deverão ser substituídos pela CONTRATADA sem qualquer repasse do custo para o empregado.

4.6. Equipe técnica

4.6.1. Os empregados da CONTRATADA deverão atender aos requisitos mínimos de qualificação, descritos na tabela abaixo:

Eletricista	Profissional qualificado e/ou capacitado para trabalho em instalações elétricas de baixa, média e alta tensão, com curso de Eletricista Instalador reconhecido pelo sistema oficial de ensino, com treinamento em segurança NR10 para alta tensão, além de ensino médio completo e experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses em manutenção elétrica predial e/ou industrial.
Oficial de Manutenção	Profissional qualificado com ensino fundamental completo e experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses em manutenção predial.
Encarregado de Manutenção	Profissional com ensino superior completo, engenheiro ou tecnólogo, nas áreas de Edificações, Civil ou Elétrica e experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses em gerenciamento de equipes de manutenção.

4.6.2. Além das exigências descritas no item anterior, os empregados deverão possuir as qualificações descritas no ANEXO I - B: DIRETRIZES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - SST, ficando a CONTRATADA obrigada a promover a reciclagem do conhecimento, dentro dos prazos exigidos pela norma referente ou em caso de alterações na norma, não permitido o repasse do ônus à CONTRATANTE.

4.6.3. Os empregados da CONTRATADA terão jornada semanal de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas regularmente cumprida dentro do período das 8h00 às 22h00, de segunda a sábado, conforme determinado pela CONTRATANTE.

4.6.4. A CONTRATADA fica obrigada a repor ausências de empregados nos casos de férias ou faltas, ainda que justificadas, sob pena de glosa se não o fizer.

4.6.4.1. Os empregados substitutos deverão atender aos mesmos requisitos exigidos da equipe técnica regular, inclusive possuir as mesmas qualificações, uniformes e EPIs.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.6.4.2. A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE os documentos que comprovem relação trabalhista, escolaridade, qualificação e recebimento de uniformes e EPIs dos empregados substitutos anteriormente ao início de suas atividades.

4.7. Serviços extraordinários

4.7.1. Em casos excepcionais, por necessidade da CONTRATANTE, poderá ser exigida da CONTRATADA a prestação de serviços aos domingos e feriados ou que extrapolem a jornada semanal de seus empregados, até o limite definido na tabela a seguir:

CATEGORIA	PERÍODO	QUANTIDADE DE HORAS
Oficial de Manutenção	Dias úteis/Sábados	280
	Domingos e Feriados	120
Eletricista	Dias úteis/Sábados	140
	Domingos e Feriados	60
Encarregado de Manutenção	Dias úteis/Sábados	70
	Domingos e Feriados	30

4.7.2. As horas excedentes à jornada normal de trabalho poderão ser compensadas, em regime de banco de horas, ou remuneradas como horas extraordinárias, a critério exclusivo da CONTRATANTE, mediante autorização expressa da fiscalização do contrato.

4.7.3. As horas extraordinárias serão pagas conforme utilizadas, mediante comprovação nos relatórios e validação pelos fiscais.

4.7.4. A utilização dos serviços extraordinários se dará sob regime unitário e a CONTRATADA fará jus ao pagamento por hora empregado, considerado o valor ofertado em sua proposta.

4.8. Outras obrigações da CONTRATADA

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.8.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados, assumindo inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros;

4.8.2. Executar os serviços descritos neste Termo de Referência somente a partir de chamados emitidos exclusivamente por fiscais de contrato designados pela CONTRATANTE;

4.8.3. Manter a limpeza e organização dos ambientes de trabalho durante e após a execução de suas tarefas, sinalizando e isolando as áreas em que exista risco de acidentes;

4.8.4. Garantir que seus empregados se apresentem ao trabalho com o devido asseio pessoal, vestindo corretamente seus uniformes e EPIs quando necessário, e mantenham conduta urbana e condizente com as normas de decore da CONTRATANTE;

4.8.5. Garantir que seus empregados tenham conhecimento técnico suficiente ao bom cumprimento de suas tarefas, levando em consideração as particularidades dos elementos da infraestrutura a ser mantida, capacitando-os sempre que necessário, não permitido o repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE;

4.8.6. O encarregado deverá repassar imediatamente os casos não solucionados pela equipe residente ao pessoal de suporte e/ou apoio da CONTRATADA, informando de imediato a CONTRATANTE acerca da situação, de forma que a equipe de suporte solucione, o quanto antes, os problemas.

4.8.7. Submeter à CONTRATANTE, sempre que solicitado, e sempre que houver substituição de pessoal, currículo do profissional substituto para fins de análise e aprovação.

4.8.8. Manter o seu pessoal devidamente equipado, disponibilizando, conforme estabelece este Termo de Referência, todos os instrumentos e ferramentas necessários à perfeita execução dos serviços, os quais deverão ficar sob a responsabilidade de seus funcionários e devendo ser substituídas sempre que necessário.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>





Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.8.9. Paralisar imediatamente os serviços caso a CONTRATANTE, por meio de sua fiscalização, verifique que os empregados não estejam devidamente equipados ou munidos de EPI's, ficando o ônus pela paralisação por conta da CONTRATADA, além da sujeição desta às penalidades cabíveis.

4.8.10. Responsabilizar-se pelo depósito e guarda dos materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos alocados para execução dos serviços, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam ocorrer.

4.8.11. Responsabilizar-se pelos equipamentos, aparelhos e/ou acessórios que porventura necessitem ser retirados para realização de manutenções, bem como pelo seu transporte e respectivo custo, instalando, quando for o caso, um outro equipamento substituto, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, até que o conserto seja concluído.

4.8.12. Prestar todos os esclarecimentos solicitados, emitir relatório detalhado assinado por responsável técnico, atender prontamente a todas as reclamações, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;

4.8.13. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, inclusive o ônus pelo desperdício de material empregado nas manutenções preventivas e corretivas, não sendo, estes, e nos casos que se apliquem, repostos pela CONTRATANTE.

4.8.14. Fornecer mão de obra qualificada, evitando-se atrasos na execução e serviços incompatíveis com o solicitado.

4.8.15. Manter a CONTRATANTE permanentemente informada e atualizada sobre números telefônicos e e-mails para contato e chamados de emergência.

4.8.16. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal, fornecendo mensalmente, para cada um, e de uma única vez, vales-transportes suficientes para que possam se deslocar de casa para o trabalho e do trabalho para casa nos termos da legislação e do acordo ou convenção coletiva vigentes.

4.8.17. Em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário, caberá à CONTRATADA providenciar, por meio próprio, o transporte de seus funcionários entre a casa e o trabalho e vice-versa.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.8.18. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração ou ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

4.8.18.1. Caso não o faça no prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor correspondente da garantia e/ou dos pagamentos devidos, sem prejuízo de poder denunciar a CONTRATADA de pleno direito. A fiscalização ou o acompanhamento dos serviços por parte da CONTRATANTE não excluem ou reduzem a responsabilidade da CONTRATADA.

4.8.19. Atender aos chamados de emergência conforme especificado neste Termo de Referência;

4.8.20. Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados, instruindo-os quanto às necessidades de cumprir as normas assim como os regulamentos da Instituição.

4.8.21. Apresentar à CONTRATANTE, relatório técnico mensal dos serviços executados, classificando-os de acordo com a área de execução, se rede elétrica, estruturada, hidráulica, marcenaria ou outros, separando-os e ordenando-os por data e seus respectivos subtotais e totais, devendo este relatório ser apresentado anteriormente a nota fiscal do mês, sendo sua apresentação obrigatória.

4.8.22. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço à CONTRATANTE.

4.8.23. Zelar pela área que lhe for entregue para uso, bem como pelos móveis e utensílios ali existentes, reparando-os ou substituindo-os por sua conta quando danificados ou extraviados, mediante prévia comunicação à CONTRATANTE, restituindo-os nas mesmas condições e quantidades em que lhes foram entregues para uso, ao término do contrato.

4.8.24. Fica vedado, terminantemente, o uso destes locais como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitoriamente.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.8.25. Disponibilizar nas dependências da CONTRATANTE, em local a ser indicado por esta última, 01 (um) armário, em aço, para a guarda de objetos e Kits de ferramentas de seus funcionários, bem como todos os equipamentos sob sua responsabilidade com capacidade suficiente para atender a toda a equipe.

4.8.26. Implantar o planejamento, a execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da CONTRATANTE.

4.8.27. Orientar seu encarregado para que o mesmo lidere a equipe residente de forma profissional e eficiente, promovendo a interação e organização dos profissionais, coordenando os trabalhos, as Ordens de Serviços, distribuição das atividades, controlar a distribuição e aplicação de materiais, diligenciando para a perfeita execução dos serviços e para comportamento adequado dos funcionários.

4.8.28. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados, de forma que sejam tomadas as providências necessárias para que os problemas sejam solucionados.

4.8.29. Registrar e controlar a frequência dos empregados residentes por meio de equipamento de registro de ponto biométrico, por ela disponibilizado e alocado nas dependências da CONTRATANTE, compatível com a Portaria MTE nº 1.510/2009, alterada pela Portaria TEM nº 2.686/2011, que deverão registrar o ponto diariamente, na entrada, intervalo para refeição e saída, sendo permitido o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos respectivos dados sempre que julgado necessário. Caso o equipamento permaneça em falha por mais de 48 (quarenta e oito) horas, deverá ser providenciada sua substituição dentro de outras 48 (quarenta e oito) horas. Nos casos em que o equipamento ficar inoperante, caberá à CONTRATADA registrar o ponto dos funcionários por outros meios legais, encaminhando à CONTRATANTE cópia desses registros, assim como relatório informando sobre as condições técnicas do equipamento e que providências foram tomadas para seu reparo.

4.8.30. Informar ao setor de fiscalização do CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que houver a necessidade de algum dos

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

funcionários residentes se ausentar do edifício, dentro do seu horário de expediente, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a liberação ou não desse funcionário, assim como pela reposição do posto, durante a referida ausência.

4.8.31. Informar ao CONTRATANTE, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e de forma expressa, sempre que houver necessidade de alterações, substituições, exclusões ou inclusões de empregados, apresentado os motivos para tanto.

4.8.32. Promover capacitação e/ou reciclagem dos seus empregados, nos casos de atualização ou alteração nas legislações ou normas vigentes de formação e de segurança do trabalho, preferencialmente, fora do expediente normal de trabalho.

4.8.33. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, inclusive atendimento em casos de emergência.

4.8.34. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

4.8.35. Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, ficando sujeita a penalidades, caso o faça.

4.8.36. Enviar representante ao local de prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATANTE, para esclarecer todas as dúvidas dos funcionários sempre que houver acordo, convenção ou dissídio coletivo da respectiva categoria profissional.

4.8.37. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

4.8.38. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização.

4.8.39. Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela CONTRATANTE e independentemente de qualquer justificativa por

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

parte desta, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina nas dependências da CONTRATANTE ou ao interesse público.

4.8.40. Na necessidade de retirar qualquer material para conserto, deixar à disposição da CONTRATANTE outro produto/material (como reposição) para que não haja descontinuidade da prestação do serviço.

4.8.41. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: mangueiras, baldes, carrinhos, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.

4.8.42. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

4.8.43. Solicitar previamente ao fiscal do Contrato autorização para movimentar equipamentos ou modificar elementos existentes no prédio, a fim de facilitar a execução de seus serviços.

4.8.44. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado.

4.8.45. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

4.8.46. Disponibilizar sistema de comunicação, tipo rádio HT, com o objetivo da rápida localização e/ou caso de emergência, sendo 1 (uma) unidade para o preposto, 1 (uma) para cada funcionário e 1 (uma) para o fiscal do contrato para utilização durante o horário de expediente.

4.8.47. Manter uma equipe de técnicos, devidamente qualificados, uniformizados, portadores de crachá de identificação com foto atual, para atendimento às solicitações da CONTRATANTE, nos dias e horários previstos para a prestação dos serviços e nos dias e horários não cobertos pela equipe permanente, no caso de chamados emergenciais.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.8.48. Em caso de aquisição e/ou disponibilização de um software específico de manutenção por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá alimentá-lo com todo o banco de dados montado até então no prazo máximo de dois meses após a solicitação do fiscal do Contrato, e sem ônus para a CONTRATANTE.

4.8.49. Realizar os serviços de manutenção, adaptações e modificações nas instalações existentes, decorrentes de possíveis alterações de layout que por ventura venham a ocorrer.

4.8.50. Executar ensaios, testes, medições e demais rotinas exigidas por normas técnicas oficiais, arcando com todas as responsabilidades técnicas e financeiras para a realização dos testes necessários à aferição dos serviços.

4.8.51. Testar as instalações que sofreram manutenção corretiva na presença do fiscal sempre que for solicitado.

4.8.52. Controlar, ajustar e adequar as cargas elétricas, objetivando a eficiência energética.

4.8.53. Refazer imediatamente aqueles serviços que a juízo da fiscalização, não forem julgados em condições satisfatórias ou quando constatados vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções, sem que caiba qualquer acréscimo no preço, ainda que em decorrência disto se torne necessário ampliar o horário da prestação dos serviços.

4.8.54. Alertar a fiscalização quanto à necessidade de manutenção em qualquer elemento da infraestrutura predial de que venha a ter conhecimento qualquer de seus empregados;

4.8.55. Disponibilizar à CONTRATANTE, até o encerramento da vigência do contrato, rádio portátil de comunicação HT, com capacidade de comunicação com o rádio do preposto;

4.8.56. Obedecer, na realização de suas atividades, as seguintes normas, regulamentos e diretrizes:

4.8.56.1. Normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;

4.8.56.2. Prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos equipamentos, materiais e insumos;

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.8.56.3. Normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), em especial as seguintes:

- NBR 5.410: Instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR 5.626: Instalação predial de água fria;
- NBR 8.160: Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;
- NBR 10.131: Bombas hidráulicas de fluxo; e
- NBR 10.844: Instalações prediais de águas pluviais.

4.8.56.4. Disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;]

4.8.56.5. Regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;

4.8.56.6. Regulamentos do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

4.8.56.7. Normas técnicas específicas, de acordo com as garantias de materiais, serviços e equipamentos do imóvel, se houver;

4.8.56.8. Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;

4.8.56.9. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

4.8.56.10. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

4.8.56.11. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

4.8.56.12. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; e

4.8.56.13. NR-23: Proteção Contra Incêndios.

4.8.56.14. Resolução CONFEA nº425/98 (ART);

4.8.56.15. Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

4.8.56.16. Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil; e

4.8.56.17. Decreto nº 7.746/2012 de 05/06/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, dentre outras.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.8.57. Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, antes da emissão da nota fiscal para pagamento, relatório técnico mensal das atividades de manutenção, assinado pelo Encarregado de Manutenção, contendo descrição geral dos serviços realizados no mês, dados da equipe técnica, relação de serviços pendentes, relação de materiais empregados na execução dos serviços, tabela de serviços extraordinários realizados, tabela demonstrativa de saldo de horas extras, além de outras informações que se julguem pertinentes.

4.8.58. Entregar à fiscalização do contrato, antes do início de suas atividades, cópias do documento de identidade, do comprovante de vínculo empregatício, dos comprovantes de escolaridade e qualificação exigidos no item 4.6 deste Termo de Referência, dos certificados exigidos no ANEXO I - B: DIRETRIZES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - SST e dos comprovantes de entrega de EPIs dos empregados da equipe técnica.

4.8.59. No caso de substituição de empregados, de forma permanente ou esporádica, os documentos acima referidos deverão ser entregues antes do início das atividades do novo empregado.

4.8.60. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, com pessoal de sua contratação necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

4.8.61. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

4.8.62. No caso de falta ao trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar empregado substituto, com qualificação equivalente, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação, no prazo máximo de 02 (duas) horas após tomar conhecimento da ausência ou, com a anuência da CONTRATANTE, poderá compensar o período da carga horária do posto de trabalho que ficou descoberto.

4.8.63. Caso a CONTRATADA não reponha o posto ou a CONTRATANTE não concorde com a compensação posterior, o período em que o posto ficou descoberto será glosado do pagamento mensal.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.8.64. Caberá ao Encarregado de manutenção/Preposto informar à CONTRATADA o quanto antes, de forma que a mesma providencie as reposições. A CONTRATADA deverá orientar os demais funcionários quanto aos procedimentos em caso de falta do encarregado, de forma que o posto seja coberto dentro do prazo estabelecido no item anterior.

4.9 Transição contratual

4.9.1 A CONTRATADA deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O modelo de gestão do contrato consta do Anexo I – C: MODELO DE MINUTA DE CONTRATO.

5.2 A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço, para representá-la na execução do contrato.

5.3 A fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

5.3.1 Os serviços de manutenção corretiva a serem executados serão transmitidos ao preposto da CONTRATADA por meio de sistema informatizado de chamados.

5.3.2 O preposto da CONTRATANTE deverá encerrar o chamado após a conclusão do serviço, registrando todas as informações a respeito de sua execução.

5.3.2.1 Caso não seja possível a conclusão de determinado serviço, o preposto deverá registrar no chamado quais foram os motivos impossibilitantes.

5.3.3 Os fiscais do contrato controlarão o cumprimento dos prazos e a correta execução dos serviços de manutenção corretiva ou preventiva.

O desrespeito a prazos, a inexecução de serviços ou o descumprimento de qualquer obrigação definida neste Termo de Referência serão anotados como

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

ocorrência em registro próprio da fiscalização e, conforme disposições expressas, ensejarão a aplicação de sanções ou glosas.

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

6.1. Ficará a cargo da CONTRATADA a responsabilidade técnica pelos serviços executados, a ser exercida por Engenheiro Eletricista com registro ativo no CREA-SP, devidamente habilitado para instalações de média tensão, conforme Resolução nº 218/1973 do CONFEA e NR-10.

6.2 O Engenheiro Eletricista será o único responsável técnico pela totalidade das atividades de manutenção predial objeto deste Termo de Referência, devendo garantir a segurança e a conformidade técnica de todas as intervenções realizadas pela equipe contratada.

6.3 A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART deverá ser registrada junto ao CREA-SP e apresentada à Contratante em até 10 (dez) dias após o início da execução contratual. A ART deverá abranger todas as disciplinas sob supervisão direta do responsável técnico, podendo, a critério da fiscalização, ser exigida ART complementar específica para serviços de maior complexidade ou risco elétrico.

6.4 O Engenheiro Eletricista designado deverá desempenhar as seguintes atribuições:

- a) Dar suporte e supervisionar tecnicamente a equipe residente, composta por Encarregado, Eletricistas e Oficiais de Manutenção, assegurando que os serviços sejam executados conforme as normas técnicas vigentes e os projetos elétricos existentes;
- b) Realizar levantamentos acerca de quantitativo e especificação de materiais necessários para as manutenções elétricas objeto desse Termo de Referência;
- c) Emitir pareceres técnicos, relatórios de inspeção e laudos referentes às manutenções preventivas e corretivas realizadas sob sua supervisão;

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

- d) Realizar visitas técnicas periódicas às dependências da Contratante e prestar suporte presencial sempre que solicitado pela fiscalização, especialmente em intervenções de alta complexidade técnica ou que envolvam risco elétrico; e
- e) Garantir que todas as atividades elétricas cumpram integralmente as exigências da NR-10 e das normas da Concessionária de Energia (CPFL Paulista) relativas à operação e manutenção de cabines primárias de média tensão.

6.5 O Encarregado de Manutenção, ainda que possua formação técnica superior em engenharia, não responderá pela responsabilidade técnica formal do contrato, devendo limitar-se à coordenação operacional e administrativa da equipe, sob a orientação e supervisão do Engenheiro Eletricista responsável.

6.6 Qualquer substituição do profissional responsável técnico deverá ser previamente comunicada e autorizada pela Fiscalização da Câmara Municipal, mediante apresentação da nova ART correspondente.

7. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

7.1 Na aferição dos resultados apresentados pela CONTRATADA na execução do objeto contratual, a fiscalização do contrato seguirá os critérios e procedimentos descritos neste item.

7.2 Ao final do período mensal de aferição, baseada nos relatórios entregues pela CONTRATADA e verificação do cumprimento dos prazos e da correta conclusão dos serviços exigidos, a fiscalização elaborará em até 3 (três) dias úteis avaliação de desempenho, apurando-se o total de descontos a serem aplicados sobre o pagamento mensal.

7.2.1 A avaliação levará em conta os seguintes indicadores de desempenho:

INDICADOR I
ATENDIMENTO DA ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

PREVENTIVA (PERIÓDICAS)	
Finalidade	Garantir a execução de todas as rotinas de manutenção preventiva periodicamente.
Meta a cumprir	Integralidade da rotina de manutenções preventivas estabelecida no ANEXO I – A: ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS deste Termo de Referência.
Instrumento de Medição	Relatórios entregues pela Contratada contendo as manutenções previstas e informações da fiscalização do contrato.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelos fiscais do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	A cada item da rotina do ANEXO I – A: ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS do Termo de Referência descumprido será contabilizado 1 (um) ponto. Somatório dos pontos referentes aos itens não cumpridos = Y.

INDICADOR II	
ATENDIMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA	
Finalidade	Garantir atendimento célere às demandas de manutenção corretiva, solicitadas por meio de chamados.
Meta a cumprir	100% de conclusão dos chamados de manutenção corretiva.
Instrumento de medição	Relatórios e/ou verificação dos chamados não atendidos sem justificativa.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento da conclusão dos chamados pelo fiscal.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Para cada chamado não cumprido por responsabilidade da empresa será contabilizado 1 (um) ponto. Somatório dos pontos

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A

SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

	referentes aos chamados não atendidos = X.
Fórmula de cálculo	Pontuação = Y + X = W.
Faixas de ajuste de pagamento	<p>$0 < W \leq 5$: será pago 100% do valor fixo do contrato.</p> <p>$5 < W \leq 10$: será pago 95% do valor fixo do contrato.</p> <p>$10 < W \leq 15$: será pago 90% do valor fixo do contrato.</p> <p>$W > 15$: será pago 85% do valor fixo do contrato.</p>

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os critérios de medição e pagamento foram definidos no ANEXO I – C: MODELO DE MINUTA DE CONTRATO.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.

9.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como a qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica serão regulamentadas no instrumento convocatório.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimado da contratação foi fixado em R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), obtido por meio da elaboração de planilha de composição de custos, elaborada pela Coordenadoria de Compras e Licitações, conforme constante nas páginas xxxx

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa decorrente da presente contratação encontra-se prevista e tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual de 2026, conforme despacho técnico constante da página XXX.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A apresentação da proposta importa submissão total, irrestrita e irretratável dos proponentes às condições desse Termo de Referência.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

ANEXO I - A ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS

1. MANUTENÇÃO CORRETIVA

1.1. Os serviços de manutenção corretiva têm por escopo o reestabelecimento das condições normais de funcionamento e de aparência da infraestrutura predial, compreendendo, entre outros, os seguintes sistemas e elementos: instalações elétricas, hidráulicas e de esgoto, alvenaria, revestimentos, pisos, pintura, esquadrias, pias e bacias sanitárias, portas, janelas, grades e portões, ferragens, iluminação, estruturas de metal e madeira, mobiliário, cortinas e persianas, telhados, calhas, reservatórios de água, quadros de energia elétrica, cabine primária, bem como equipamentos elétricos e eletromecânicos que componham a infraestrutura predial.

1.1.1. Caberá à CONTRATADA encontrar a forma de solução mais adequada aos problemas a serem sanados, priorizando a alternativa mais viável, eficiente e frugal, e levá-la à apreciação da fiscalização do contrato antes de sua execução.

1.2. Infraestrutura hidrossanitária/pluvial

1.2.1. Abrange copas, cozinhas, vestiários, sanitários e sistemas de escoamento de águas pluviais: caixas acopladas, mictórios, louças, ferragens e acessórios de banheiros, chuveiros, registros, torneiras internas, externas e lavatórios, "boca de lobo", esvaziamento de fossas, reservatórios de água, caixas de gordura, caixas de esgoto, caixas de areia, boias, tubulações, válvulas, sifões, ralos sifonados e secos, calhas, grelhas, bombas de recalque (bombas d' água), chaves boia elétricas, drenos de brita e tubos subterrâneos.

1.2.2. Os serviços de manutenção corretiva abrangem:

1.2.2.1. Corrigir vazamentos e outras anormalidades em encanamentos da rede de água e esgoto, conexões, registros (internos e externos), torneiras (internas e externas), pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, substituindo-os, caso necessário;

1.2.2.2. Corrigir a regulação das válvulas e caixas de descarga (internas e externas), válvulas de mictórios, registros, engates, sifões, caixas sifonadas e

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

outros dispositivos, trocando-os ou reparando-os, quando necessário;

1.2.2.3. Realizar reparos na vedação dos metais, substituindo-os quando apresentar quaisquer irregularidades, caso necessário;

1.2.2.4. Reparar ferragens e louças dos sanitários, corrigindo ou substituindo as que estiverem danificadas;

1.2.2.5. Reparar caixas de esgoto, caixas de inspeção, drenos, galerias de água pluvial, procedendo à limpeza destes e eliminando quaisquer irregularidades, caso encontradas;

1.2.2.6. Corrigir anormalidades nas redes pluviais e redes de drenagem, reparando quaisquer vazamentos encontrados, com ou sem substituição de encanamentos, calhas, bacias, conexões e suportes;

1.2.2.7. Corrigir anormalidades nos encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento de água, consertando ou substituindo registros, válvulas retentoras, torneiras, boias e outros dispositivos hidráulicos danificados;

1.2.2.8. Corrigir falhas nos sistemas de distribuição de água, incluindo a manutenção de encanamentos, conexões, registros, flanges, respiros e outros dispositivos hidráulicos, reparando ou substituindo aqueles que estiverem danificados;

1.2.2.9. Realizar manutenção nos reservatórios de água potável, corrigindo as irregularidades encontradas;

1.2.2.10. Realizar desentupimentos de redes de esgoto prediais, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos e caixas de inspeção e reparos nas fossas sépticas;

1.2.2.11. Instalação inicial, desinstalação e reinstalação das bombas de recalque (bombas d'água), lubrificação, troca de rolamentos e reparo ou substituição de chaves boia; e

1.2.2.12. Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos hidrossanitários e normas vigentes.

1.3. Infraestrutura elétrica

1.3.1. Abrange iluminação, quadros de distribuição de energia normal, caixas de passagem de cabos, calhas elétricas e eletrodutos, cabine primária, além de toda a

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

infraestrutura disponível e necessária para abrigar as instalações elétricas.

1.3.2. Os serviços de manutenção corretiva abrangem:

- 1.3.2.1. Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a distribuição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes, tensão etc;
- 1.3.2.2. Corrigir falhas no sistema de iluminação e das tomadas em geral, tanto nas instalações internas quanto externas, incluindo o conserto ou a substituição de condutores, interruptores, lâmpadas, reatores, starts e tomadas, de sobrepor ou embutir, simples ou tripolar, com ou sem aterramento;
- 1.3.2.3. Corrigir falhas na rede de baixa tensão - embutida ou aparente - incluindo quadros de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, eletrocalhas, receptáculos, interruptores, equipamentos, instalações etc, substituindo os itens necessários;
- 1.3.2.4. Corrigir falhas em tomadas especiais, destinadas ao uso de equipamentos diversos, como microcomputadores, máquinas reprográficas etc, substituindo os itens necessários;
- 1.3.2.5. Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência, substituindo os itens necessários;
- 1.3.2.6. Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos, tais como: reatores, fotocélula, relês, chaves de baixa tensão, fusíveis etc;
- 1.3.2.7. Realizar a manutenção ou substituição de luminárias, quando a sua operação for insuficiente ou provocar frequentes queimas de lâmpadas;
- 1.3.2.8. Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos dos reatores, base dos soquetes, disjuntores etc;
- 1.3.2.9. Realizar a medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo ou substituindo aqueles que apresentarem descontinuidade, rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão de tomadas, lâmpadas, equipamentos etc;
- 1.3.2.10. Ativar e mudar pontos elétricos;
- 1.3.2.11. Realizar inspeção termográfica nos quadros de força, sempre que necessário; e

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

1.3.2.12. Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos sistemas elétricos e das normas vigentes.

1.4. Revestimentos

1.4.1. Abrange o revestimento de superfícies, tais como gesso, reboco, chapisco, pisos, azulejos e ladrilhos cerâmicos, pisos elevados, pisos vinílicos, blocos intertravados, paredes e pisos acarpetados, molduras de gesso e rodapés.

1.4.2. Os serviços de manutenção corretiva abrangem:

1.4.2.1. Realizar eventuais correções em revestimentos de paredes, tetos e pisos (pintura, azulejos, cerâmicas, granito, rejuntamentos, rodapés, fixações, proteções, calafetação de juntas); e

1.4.2.2. Realizar eventuais correções nos revestimentos internos e externos, eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações.

1.5. Pintura

1.5.1. Abrange serviços de repinturas com prévia preparação das superfícies verticais e horizontais, realização de pintura de paredes, tetos e pisos, inclusive sinalização e demarcação de solo, caixas de incêndio, quadros de distribuições elétricos, portas, janelas, grades e portões, corrigindo o que for necessário.

1.6. Impermeabilização

1.6.1. Abrange serviços de reparo de infiltrações de água da chuva em lajes e telhados, paredes, janelas etc, mediante a aplicação de mantas asfálticas, impermeabilizantes líquidos ou demais materiais que se julguem necessários.

1.7. Coberturas

1.7.1. Abrange toda a estrutura de sustentação, telhados e telhas, calhas, rufos, buzinos, ralos, grelhas e demais acessórios, visando a manutenção de sua estanqueidade, preservação e perfeita condução das águas pluviais.

1.7.2. Os serviços de manutenção corretiva abrangem:

1.7.2.1. Corrigir falhas em telhados e suas estruturas, checando a proteção dos rufos, capacidade de escoamento e pontos de interferência, de forma a identificar anomalias;

1.7.2.2. Efetuar a limpeza geral de telhados, marquises, lajes, sistemas de condução e escoamento de águas pluviais e respectivas caixas de passagem;

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

1.7.2.3. Realizar a limpeza das calhas pluviais, substituição de telhas, chapins e rufos; e

1.7.2.4. Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando materiais do mesmo tipo anteriormente empregado, de forma a manter o nivelamento e a pintura na mesma cor já existente.

1.8. Alvenaria

1.8.1. Abrange serviços de produção de paredes de alvenaria simples para fechamento de vãos, utilizando tijolos ou blocos de concreto, sem estrutura de concreto armado.

1.9. Esquadrias

1.9.1. Abrange portas, janelas e portões, grades e gradis de madeira, metálicos ou de vidro.

1.9.2. Os serviços de manutenção corretiva abrangem:

1.9.2.1. Realizar regulagem, alinhamento, ajustes de pressão, lubrificações de portas, janelas e portões, soldagem, consertos ou, se necessário, substituições de fechaduras, travas, dobradiças, molas hidráulicas, cordoalhas, prendedores, puxadores, trincos, incluindo serviços de plaina;

1.9.2.2. Recuperação de peças metálicas, com eliminação de todos os focos de ferrugem e substituição de partes sem condições de recuperação, aplicando solda se preciso, efetuando a troca/colocação de baguetes (elemento para a fixação de vidros na esquadria de janelas e portas), travessas e montantes onde for necessário; e

1.9.2.3. Reparo e lubrificação em trilhos, rodízios e cremalheiras de portões de correr, bem como reparos em motores, configuração e parametrização dos mesmos.

1.10. Mobiliário

1.10.1. Abrange a montagem, desmontagem e reparo de armários, cadeiras, mesas etc, compreendendo a substituição de peças, reaperto de parafusos e aplicação de solda.

1.11. Equipamentos elétricos e eletromecânicos

1.1.1.1 Abrange motores, bombas, ventiladores, compressores, luminárias, eletrodomésticos (como micro-ondas, purificadores, bebedouros, geladeiras e

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

similares), quando pertencentes ao patrimônio da CONTRATANTE e componentes elétricos e eletrônicos auxiliares (relés, temporizadores, sensores, fotocélulas, chaves de comando, tomadas especiais, extensões, etc.).

1.12. Serviços Gerais

1.12.1. Também está dentro do escopo da manutenção corretiva a prestação de serviços como transportar objetos, guardá-los em depósitos ou descartá-los, instalar quadros, suportes, quadros de aviso, faixas publicitárias, prateleiras e placas em paredes, divisórias e grades, instalar cortinas e persianas, movimentar mobiliário, sinalizar e bloquear o acesso a locais de trabalho quando necessário, carregar e descarregar caminhões ou outros veículos, entre outros.

1.12.2. A CONTRATADA tem por obrigação realizar a manutenção corretiva em todos os elementos da infraestrutura predial mesmo que não elencados neste Termo de Referência, excluídos elevadores, aparelhos condicionadores de ar, geradores, data centers, nobreaks e demais equipamentos eletroeletrônicos que demandem conhecimento técnico específico para seu reparo.

1.13. Chamados emergenciais

1.13.1. Deverá a CONTRATADA atender a qualquer chamado classificado como emergencial, na forma do item 1.14.1 a qualquer data e horário, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.13.2. A CONTRATADA fará jus ao recebimento de pagamento por serviços extraordinários, na forma do item 4.7 do Anexo I: Termo de Referência, nos casos de atendimento a chamados emergenciais fora dos dias e horários considerados como jornada regular de trabalho de seus empregados.

1.13.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar pelo menos 2 (dois) números telefônicos que tenham atendimento 24 horas por dia, sendo ao menos um deles telefone celular habilitado ao preposto da empresa, de forma que, em situações consideradas de emergência, fora do horário de expediente de seus empregados, a mesma seja acionada para providenciar o atendimento por profissional ou equipe competente.

1.14. Níveis de urgência dos chamados e prazos para solução

1.14.1. Caberá aos fiscais do contrato classificar os chamados de acordo com o risco da situação e/ou necessidade de atendimento aos interesses da CONTRATANTE,

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

conforme tabela:

Chamados emergenciais	São aqueles que visam a eliminação de riscos de incêndio, explosão, desmoronamentos, inundação, riscos à vida e à integridade física de pessoas, riscos à integridade do patrimônio público e à segurança da CONTRATANTE, bem como a libertação de pessoas presas.
	Prazo para eliminação do risco: 1 (uma) hora a partir da abertura do chamado. Após a eliminação do risco, o chamado será reclassificado como prioritário ou comum e terá um novo prazo para solução.
Chamados prioritários	São aqueles que demandam ação célere, considerando que a continuidade do problema pode trazer prejuízo às atividades dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Campinas. Enquadram-se nessa categoria situações de falta de energia elétrica, falta d'água, iluminação deficiente ou inexistente, bloqueios de rotas de passagem de pessoas, entre outros.
	Prazo para solução do problema: 2 (duas) horas a partir da abertura do chamado, sendo que o prazo fica suspenso durante os períodos fora da jornada de trabalho regular dos empregados da CONTRATADA.
Chamados comuns	São aqueles que não se enquadram em nenhuma das situações previstas acima.
	Prazo para solução do problema: 6 (horas) horas a partir da abertura do chamado, sendo que o prazo fica suspenso durante os períodos fora da jornada de trabalho regular dos empregados da CONTRATADA.

Avenida da Saúde, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A

2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

2.1. As manutenções de caráter preventivo deverão ser executadas na forma e periodicidade descritas na tabela abaixo:

Diariamente	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
	Verificar o nível dos reservatórios de água potável inferior e superior relatando quaisquer irregularidades.
	Verificar o funcionamento das bombas de água.
Semanalmente	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
	Verificar registrar e analisar a leitura do medidor de água e efetuar testes de verificação de vazamentos, quando identificado na leitura do medidor aumento injustificado no consumo.
	Verificar caixa de descarga acoplada e proceder com a troca de reparo, quando necessário.
	Verificar a regulagem do mecanismo das descargas de vasos e mictórios, desentupir vasos, mictórios e ralos. Quando necessário, realizar regulagem ou substituição de reparos.
	Verificar vazamentos nos sanitários e saná-los
	Verificar obstrução e, se necessário, providenciar limpeza de ralos hemisféricos, grelhas, canaletas, caixas de passagem e tubulações
Quinzenalmente	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
	Inspecionar torneiras e registros gerais examinando as condições de manuseio, abrindo e fechando os mesmos.
	Lubrificação e limpeza de todas as bombas de água, verificar o funcionamento do comando automático.
	Percorrer todos os bueiros de água pluvial e limpá-los.
	COBERTURA/IMPERMEABILIZAÇÃO



	Realizar limpeza de telhados.
	Verificar o funcionamento dos ralos de cobertura, limpeza das calhas e coletores. Em épocas de chuvas, intensificar a periodicidade. Quando necessário, realizar limpeza ou desentupimento.
Mensalmente	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
	Limpar caixas de gordura, caixas sifonadas, sifões das pias e lavatórios, ralos, caixas de inspeção e grelhas.
	Inspecionar o cavalete central, verificando vazamentos, condições da caixa, focos de corrosão na tampa, efetuando a limpeza interna e externa e retoques de pintura caso necessário.
	Verificar a ocorrência de violação e/ou ligações clandestinas nas instalações externas, relatando a ocorrência.
	Inspecionar as instalações primárias e secundárias de esgoto.
	Verificar ocorrência de odores desagradáveis em todas as salas e ambientes.
	Verificar a fixação, existência de trincas, obstruções e o estado de conservação, consertando, substituindo e rejuntando quando necessário, pias, lavatórios, vasos sanitários, tampas e mictórios. Verificar o funcionamento, vedação e estado de conservação de válvulas de descarga e de mictórios, caixas acopladas, torneiras, registros, sifões, rabichos, tubulações, chuveiros, ralos e outros congêneres.
	REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS
	Inspecionar e verificar o estado de conservação das superfícies de revestimento quanto a existência de falhas, furos, manchas e proceder com sua correção.



	Realizar inspeções nas dependências, e propor adequação dos acabamentos deteriorados ou em mal estado de conservação, indicando por relatório e mapeando as ocorrências junto a CONTRATANTE.
	Verificar o estado geral de conservação de calçadas, pátios, acessos, cercas, alambrados, muros e portões.
	ESQUADRIAS E PORTAS
	Verificar a situação dos vidros e ferragens das esquadrias
	Verificar o estado de conservação das molas aéreas das portas, lubrificar (caso necessário)
	FORROS
	Verificar a existência de umidade, trincas e demais defeitos.
	Detectar e sanar problemas em forros removíveis, substituindo peças danificadas ou refazendo-o, quando necessário.
	Verificar o estado de impermeabilização e proteção química, acabamento em cantos, tubos emergentes, canaletas, soleiras, ralos e rufos. Quando necessário realizar os reparos.
	ELÉTRICA - QUADRO GERAL DE FORÇA E QUADRO DE ENTRADA DA CONCESSIONÁRIA
	Ler os instrumentos de medição, inclusive entrada, e anotar.
	Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e cabos de alimentação.
	Verificar a existência de quaisquer anormalidades elétricas ou mecânicas (ruídos, odores) que possam caracterizar o mau funcionamento de algum componente.
	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral.



	Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias, comunicar à Fiscalização para adoção de providências visando sua regularização.
	Inspecionar os isoladores e conexões das saídas dos disjuntores, evitando assim pontos de resistência elevada.
	Verificar a pressão das molas dos disjuntores termomagnéticos.
	Verificar os contatos de entrada e saída dos disjuntores.
	Verificar a regulação do disjuntor geral.
	Inspecionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento).
	Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuitos).
	Verificar a fixação dos barramentos e conexões, efetuando sua limpeza geral, inclusive dos disjuntores.
	Medir amperagem nos alimentadores em todas as saídas e nos fios de alimentação dos quadros, verificar os aspectos dos fios.
	Inspecionar as ligações da carcaça dos quadros à terra.
	Lubrificar as dobradiças das portas.
	Limpar externamente o quadro.
	Efetuar testes de isolamento à corrente continua.
	Efetuar limpeza geral nas conexões e disjuntores.
	Reapertar parafusos de fixação do barramento, conexões e ferragens.
	ELÉTRICA - QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ E FORÇA
	Verificar o aquecimento dos condutores de alimentação e distribuição.
	Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores.



	Inspecionar os cabos de alimentação geral das bombas, testar o aquecimento e inspecionar os terminais elétricos, medir amperagem.
	Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos, cheiros de queimados e outros.
	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição de luz
	Reapertar os parafusos de contato dos disjuntores.
	Reapertar a fixação e estado dos barramentos.
	Limpar externamente os quadros.
	Medir a tensão, a amperagem nos fios de saída dos disjuntores, a fim de controlar a carga elétrica nestes.
	Inspecionar o isolamento dos cabos de alimentação.
	ELÉTRICA - QUADRO DE COMANDO
	Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos.
	Verificar a existência de fusíveis queimados.
	Inspecionar a pressão de contato de fusíveis.
	Inspecionar o estado das bases de fusíveis quanto ao aquecimento.
	Verificar o fechamento correto das tampas dos porta - fusíveis
	Inspecionar o estado das chaves magnéticas.
	Verificar o contato dos porta-fusíveis para evitar fusões.
	Verificar o ajuste dos relés de sobrecarga.
	Verificar o estado de conservação das bases dos fusíveis.
	Reapertar os bornes de ligação das chaves magnéticas.



	Reapertar os parafusos de contato dos botões de comando.
	ELÉTRICA - ILUMINAÇÃO
	Verificar as luminárias quanto a ocorrência de lâmpadas queimadas ou com operação insuficiente.
	Verificar contatos internos, reapertar os parafusos de fixação e contatos externos dos soquetes, caso as lâmpadas ainda não fiquem iluminadas.
	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do sistema de iluminação.
	Trocar os reatores quando se fizerem necessários.
	Medir o nível de iluminação.
	Efetuar limpeza das luminárias e lâmpadas.
	Testar o funcionamento das lâmpadas de emergência.
Trimestralmente	PISO ELEVADO
	Verificar a existência de placas soltas desniveladas ou com o acabamento danificado, bem como o estado dos apoios. Realizar a reposição, quando necessário.
	Inspecionar o estado de conservação e realizar, quando necessário, a recomposição, readequação e substituição dos revestimentos vinílicos do piso elevado.
	ESQUADRIAS E PORTAS
	Inspecionar esquadrias, sistemas de abertura e fechamento, fixação dos vidros e puxadores.
	Revisar, regular ou substituir, se necessário, fechaduras, ferragens, pinos, travas e molas de portas e divisórias.
	Revisão geral de janelas, portas, portões e portas de enrola.



	COBERTURA/IMPERMEABILIZAÇÃO
	Verificar estado da impermeabilização e proteção mecânica, acabamento em cantos, tubos emergentes, canaletas, soleiras, ralos e rufos. Realizar os reparos necessários.
Semestralmente	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
	Limpar/esvaziar fossas sépticas.
	Inspecionar os registros de gaveta para evitar vazamento.
	Executar a limpeza, retocar a pintura, verificar a fixação (tirantes) das tubulações e conexões aparentes inibindo processos de deterioração e corrosão. Substituir tubulações, conexões, mangueiras, abraçadeiras, suportes e outros, se necessário.
	Verificar o estado de conservação das tampas, escadas e demais partes metálicas dos reservatórios inferiores e superiores, inibindo focos de corrosão e retocando a pintura caso necessário.
	Substituir gaxetas da bomba hidráulica e efetuar reaperto se necessário.
	COBERTURA/IMPERMEABILIZAÇÃO
	Verificar a presença de telhas partidas ou trincadas e a estanqueidade e integridade do sistema de fixação, bem como o deslizamento ou demais deslocamentos. Realizar o reparo ou substituição quando necessário.
Anualmente	ELÉTRICA – INSPEÇÃO TERMOGRÁFICA
	Subestação
	Quadro Geral de Força
	Barramentos
	Quadros de Distribuição de Luz e Força



Quadros de Comando (Geradores, Bombas, etc)
Quadros dos circuitos de tomada e iluminação dos pavimentos
Quadros de circuitos de energia estabilizada
ELÉTRICA – TOMADAS
Reapertar carcaças e tomadas na tubulação do piso/divisórias
Medir a tensão FASE-NEUTRO e NEUTRO-TERRA nos terminais das tomadas, conferindo a polaridade no caso das tomadas 2P + T e verificando sinais de oxidação, derretimento e se o tipo de equipamento está adequado para a rede normal ou estabilizada
Executar a limpeza interna das caixas de tomadas, verificando a presença de umidade, corpos estranhos e correções necessárias
Inspecionar fios, cabos e terminais, realizar reaperto dos parafusos das tampas, carcaças e blocos de tomadas
ELÉTRICA – SUBESTAÇÕES
Disjuntores de Alta Tensão
Retirar disjuntor do cubículo
Limpeza geral da estrutura física da cabine de energia, bem como de todos os transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras
Verificar dispositivo de extração
Verificar molas de abertura e fechadura
Limpar todo o conjunto
Lubrificar dispositivo mecânico
Na posição de teste, acionar fechamento e abertura
Reapertar conexões elétricas do plug dos contatos auxiliares
Fazer teste de isolamento entre fases e fase-terra



Verificar nível de óleo de eliminação de arco
Testar disparo de emergência
Calibrar reles de proteção (curto-circuito e sobrecarga)
Testar simultaneidade dos contatos
Avaliar estado do óleo isolante do disjuntor
Medir resistência elétrica dos contatos
Conferir pressão dos contatos
Na estrutura verificar portas, grades de proteção, placas de advertência, fechaduras, espaço livre, iluminação e ventilação
Revisar e reapertar as conexões de aterramento e barramento de MT
Revisar os transformadores de potencial e corrente
ELÉTRICA – SECCIONADORA DE TENSÃO
Verificar atuação de reles auxiliares
Conferir, revisar e lubrificar as facas, terminais e comando mecânico
Reapertar conexões elétricas
Conferir estado dos abafadores de arco, revisão das bielas isolantes e isoladores
Conferir estado das buchas de alta tensão
Lubrificar mecanismo de atuação
Limpar cubículo
Verificar fusíveis
Verificar atuação dos disparadores automáticos
Teste de isolação elétrica com megôhmetro (entre fase e fase terra), realizar teste do sistema de bloqueio e intertravamento



Limpar contatos elétricos e verificar resistência dos mesmos
Conferir contatos auxiliares
Conferir simultaneidade dos contatos
Medir resistência do contato
Desmontar abafadores de arco para verificação e limpeza
ELÉTRICA – TRANSFORMADORES
Conferir atuação da sinalização de sobretemperatura
Conferir atuação da proteção contra sobretemperatura
Verificar atuação dos reles auxiliares
Revisar buchas, radiadores, tanque e comutador
Limpeza do transformador
Reaperto do barramento de entrada e saída
Conferir ligações do elemento sensor de temperatura do enrolamento elétrico
Conferir ventilação forçada (caso exista)
Conferir reaperto dos cabos elétricos no barramento
Teste de isolamento elétrica com megger (entre fase e fase-terra), bem como teste de transformação
Verificar termômetros
Corrigir corrosão nos cubículos
Medir resistência dos enrolamentos elétricos
ELÉTRICA – DISJUNTOR
Revisar e reapertar as conexões e elementos de fixação
Revisar os isoladores e terminais



	Revisar e lubrificar o mecanismo de comando e operação
	Revisão e limpeza externa do tanque e/ou polos
	Inspeção as bobinas de comando e sua fixação, reapertando-as
	Inspecionar as vedações
	Realizar testes de atuação elétrica e/ou mecânica dos reles primários
	Realizar testes de resistência elétrica dos isolamentos e contatos
	Substituir líquido isolante (PVO)
	Realizar testes de operação e verificação da sinalização
	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA
	Realizar inspeção de todos os componentes do sistema, como captosres, condutores de descida, conexões, cabos, caixas de inspeções e sistema de aterramento.
	Realizar testes de continuidade dos condutores e medições da resistência do aterramento para garantir a eficiência da dissipação da descarga atmosférica.
	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
	Hidrojateamento das galerias de esgoto

2.2. Para cada serviço de manutenção preventiva realizado deverá ser emitido relatório com assinatura do Encarregado de Manutenção.

2.2.1. Quando necessário, deverão ser anexadas fotos ao relatório emitido, a critério da fiscalização.

2.3. Anualmente, a CONTRATADA deverá elaborar e apresentar, os Laudos Técnicos de Inspeção das Instalações Elétricas e do Sistema de Proteção contra Descargas





Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

Atmosféricas (SPDA), em conformidade com as normas técnicas vigentes e regulamentações aplicáveis, e apresentar plano de adequação, quando aplicável.

2.3.1. Os Laudos deverão ser assinados por Engenheiro Eletricista legalmente habilitado, com registro ativo no CREA, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART

3. INTEGRAÇÃO TÉCNICA E APOIO OPERACIONAL

3.1. A CONTRATADA deverá prestar apoio técnico e operacional às demais empresas contratadas pela CONTRATANTE que atuem em sistemas específicos ou complementares, tais como: manutenção de elevadores, sistemas de climatização, sistemas de segurança eletrônica, redes de dados e telefonia, limpeza e conservação, combate a incêndio e brigada, entre outros serviços correlatos.

3.2. O apoio da equipe de manutenção predial consistirá em:

- a) acompanhar tecnicamente os prestadores externos durante as intervenções, quando houver necessidade de acesso, isolamento de áreas, apoio logístico ou desligamento/religação de sistemas (hidráulico, elétrico, estrutural etc.);
- b) fornecer informações técnicas sobre a infraestrutura existente, plantas e históricos de manutenção sob sua guarda;

3.2.1. Para o cumprimento desta cláusula, a CONTRATADA deverá alocar pelo menos um profissional de manutenção predial, preferencialmente o Encarregado ou Oficial mais experiente, para atuar junto à fiscalização da CONTRATANTE e aos responsáveis técnicos das demais empresas terceirizadas.

3.3. A CONTRATADA permanecerá exclusivamente responsável pelos serviços de manutenção predial sob seu escopo contratual, não assumindo responsabilidade técnica pelos serviços executados por terceiros, cabendo-lhe apenas o apoio e acompanhamento técnico necessários à boa execução e segurança das atividades integradas.





Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

ANEXO I - B

DIRETRIZES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – SST

1 OBJETIVO

- 1.1. Estabelecer diretrizes de Segurança e Saúde no trabalho a serem cumpridas por Empresas Contratadas nas dependências da Câmara Municipal de Campinas, visando à prevenção de eventos perigosos, com potencial de causar lesões ou agravos à saúde do trabalhador.
- 1.2. A Empresa será avaliada não só pela qualidade do seu serviço, mas também por sua atuação e cumprimento às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho vigentes e na omissão destas, por normas técnicas pertinentes.
- 1.3. Este Anexo é parte integrante do Edital, sendo que a assinatura do Contrato pela CONTRATADA, implica na leitura e na apresentação, dentro do prazo estabelecido, de todos os documentos descritos.

2 ABRANGÊNCIA

- 2.1. Este Anexo se aplica a todas as Empresas Contratadas pela Câmara Municipal de Campinas, que realizarem atividades nas dependências deste Legislativo, independente do período de vigência do Contrato, do número de trabalhadores terceirizados e do tipo de atividade.

3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras de Medicina e Segurança do Trabalho, Portaria nº 3.214/78 e suas alterações subsequentes, e na omissão ou complementação destas, as normas técnicas vigentes, bem como, as instruções e todos os regulamentos internos, relativos à Segurança e Saúde no Trabalho, da Câmara Municipal de Campinas.
- 3.2. A CONTRATADA deverá elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, específicas para as atividades a serem desenvolvidas na Câmara Municipal de Campinas.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

3.2.1. Não serão aceitas Ordens de Serviços elaboradas em período anterior ao início do Contrato com a Câmara Municipal de Campinas.

3.2.2. A Ordem de Serviço deverá estar datada e assinada pelo Empregador e pelo Empregado.

3.3. Cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador.

3.4. Fornecer gratuitamente ao empregado o equipamento de proteção individual.

3.4.1. Não será admitido o uso de EPI danificado, contaminado ou com qualquer outra condição proibitiva.

3.5. Cabe ao Trabalhador terceirizado, durante sua permanência na Câmara Municipal de Campinas:

a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;

b) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador;

c) comunicar ao Técnico em Segurança do Trabalho da Câmara Municipal e Campinas, o início das atividades de trabalho em altura.

3.6. É estritamente proibido o uso de crachás, pulseiras, colares, brincos, anéis, alianças etc., durante as atividades riscos como: trabalho em altura, intervenções em instalações elétricas, uso de máquinas e equipamentos perigosas, atividades de soldagem.

3.6.1. Durante sua permanência na Câmara Municipal de Campinas, o trabalhador deverá portar crachá de identificação (exceto nas atividades de risco) e uniforme da CONTRATADA.

4 COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHOS

4.1. Na eventualidade de um acidente, com ou sem lesão, caberá à CONTRATADA:

4.1.1. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE da ocorrência.

4.1.2. Providenciar o atendimento médico em conjunto com a CONTRATANTE.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

4.1.3. Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), até o primeiro dia útil após o acidente, encaminhando à cópia ao Técnico em Segurança do Trabalho da Câmara Municipal de Campinas.

4.1.3.1 Em caso de morte, a comunicação deverá ser imediata.

4.1.3.2 Todos os custos com o atendimento do acidentado, inclusive remoção e transporte para atendimento médico, deverão ser arcados pela CONTRATADA.

5 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS

5.1. O empregador deve promover capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o disposto nas Normas Regulamentadoras.

5.2. Ao término dos treinamentos inicial, periódico ou eventual, previstos nas Normas Regulamentadoras, deve ser emitido certificado contendo o nome e assinatura do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável técnico do treinamento.

5.3. Os treinamentos realizados pelo trabalhador podem ser avaliados pela CONTRATADA e convalidados ou complementados.

5.4. A convalidação ou complementação deve considerar:

- a) as atividades desenvolvidas pelo trabalhador na Empresa anterior, quando for o caso;
- b) as atividades que desempenhará;
- c) o conteúdo e carga horária cumpridos;
- d) o conteúdo e carga horária exigidos; e
- e) que o último treinamento tenha sido realizado em período inferior ao estabelecido na Norma Regulamentadora ou há menos de 2 (dois) anos, nos casos em que não haja prazo estabelecido em Norma Regulamentadora.

5.5. O aproveitamento de treinamentos anteriores, total ou parcialmente, não exclui a responsabilidade da organização de emitir a certificação da capacitação do trabalhador, devendo mencionar no certificado a data da realização dos treinamentos convalidados ou complementados.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

5.6. Para efeito de periodicidade de realização de novo treinamento, é considerada a data do treinamento mais antigo convalidado ou complementado.

6 INÍCIO DAS ATIVIDADES

6.1. A CONTRATADA só estará apta ao início das atividades após aprovação das documentações de Segurança e Saúde no Trabalho, pelo Técnico em Segurança da Câmara Municipal.

6.2. A CONTRATADA estará sujeita a penalidades, caso não envie as documentações descritas neste Anexo, dentro do prazo estabelecido.

7 PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

7.1. Os produtos inflamáveis deverão ser armazenados em locais isolados, longe de qualquer fonte de calor, com sinalização indicando a presença de produtos inflamáveis.

7.2. A CONTRATADA deverá comunicar previamente o Técnico em Segurança do Trabalho da Câmara Municipal de Campinas para aprovação e definição do local destinado ao armazenamento dos produtos inflamáveis.

8 ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

8.1. A CONTRATADA deverá manter as instalações da Câmara Municipal em bom estado de organização, ordenação, conservação, higiene, limpeza e segurança.

8.2. As ferramentas manuais não devem ser deixadas sobre passagens, escadas, andaimes e outras superfícies de trabalho ou de circulação, devendo ser guardadas em locais apropriados, quando não estiverem em uso.

8.3. Após a execução do serviço a CONTRATADA deverá manter a área limpa, destinando corretamente todos os resíduos e sobras de materiais de sua atividade, bem como retirar e guardar equipamentos utilizados.

8.4. Os materiais devem ser armazenados e estocados de modo a não ocasionar acidentes, prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio e não obstruir portas ou saídas de emergência.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

9 REQUISITOS DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

9.1. A Câmara Municipal de Campinas reserva-se o direito de rejeitar o uso de qualquer produto químico apresentado pela CONTRATADA, que possa causar acidentes com riscos a saúde de todos os usuários deste Legislativo, bem como danos ao Meio Ambiente.

9.2. É proibida a queima de qualquer tipo de resíduo ou material nas dependências da Câmara Municipal de Campinas.

9.3. É proibido o descarte de qualquer resíduo líquido, perigoso ou não, nas redes de esgoto ou águas pluviais.

9.3.1. Nenhum resíduo perigoso ou não, poderá ser descartado sobre ou sob o solo.

9.4. Na eventualidade de causar qualquer impacto ambiental não previsto durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

10 SERVIÇOS COM ELETRICIDADE

10.1. As Máquinas e equipamentos móveis e ferramentas elétricas portáteis devem ser conectadas à rede de alimentação elétrica, por intermédio de conjunto de plugue e tomada.

10.2. Não serão permitidas adaptações, emendas, componentes que ofereçam riscos aos trabalhadores.

10.3. Os profissionais eletricitas da CONTRATADA, deverão comprovar, além dos documentos relacionados à SST, a formação na área técnica por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

10.4. Quaisquer necessidades de bloqueio de energia ou acesso aos quadros de energia, deverão ser solicitadas, com antecedência, à Empresa de Manutenção Predial Terceirizada da CMC.

10.5. Somente o Eletricista da empresa de manutenção predial terceirizada da CMC, está autorizado a realizar intervenções elétricas nos quadros de energia da CMC.

10.6. É proibida a existência de partes vivas expostas e acessíveis pelos trabalhadores

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

não autorizados em instalações e equipamentos elétricos.

11 PERMISSÕES PARA O TRABALHO EM ALTURA

- 11.1. No serviço em telhados e coberturas que excedam 2m (dois metros) de altura com risco de queda de pessoas, aplica-se o disposto na NR-35.
- 11.2. As atividades que contemplem trabalhos em altura, deverão ser precedidas de uma Permissão para Trabalho – PT, preenchida, datada e assinada por todos os envolvidos.
- 11.3. A CONTRATADA deverá comunicar previamente o Técnico em Segurança do Trabalho da CMC e o Bombeiro Civil de Plantão, sobre a realização de tais atividades.
- 11.4. O funcionário deverá, obrigatoriamente, antes do início das atividades supracitadas, aferir a pressão arterial na sala do Bombeiro Civil de Plantão e, somente após aferição e liberação, o mesmo estará apto a iniciar os trabalhos.
- 11.5. Os trabalhos em altura nas dependências da CMC só poderão ser realizados por no mínimo 02 (dois) funcionários autorizados e capacitados.
- 11.6. Em dias com as condições climáticas adversas (chuva, raios, vento forte), não serão permitidas as atividades de trabalho em altura.

12 USO DE ESCADAS E ANDAIMES

- 12.1. As escadas de madeira não devem apresentar farpas, saliências, emendas e pintura.
- 12.2. As escadas portáteis devem ser dotadas de degraus antiderrapantes.
- 12.3. É proibido utilizar escada portátil nas proximidades de portas ou áreas de circulação, de aberturas e vãos e em locais onde haja risco de queda de objetos ou materiais, exceto quando adotadas medidas de prevenção.
- 12.3.1. No caso do uso de escadas portáteis nas proximidades de portas ou áreas de circulação, a área no entorno dos serviços deve ser isolada e sinalizada.
- 12.4. As escadas portáteis devem possuir sapatas antiderrapantes ou dispositivo que impeça o seu escorregamento.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

12.5. A escada extensível com mais de 7m (sete metros) de comprimento deve possuir sistema de travamento (tirante ou vareta de segurança) para impedir que os montantes fiquem soltos e prejudiquem a estabilidade.

12.6. A atividade de montagem e desmontagem de andaimes deve ser realizada por trabalhadores capacitados que recebam treinamento específico para o tipo de andaime utilizado.

12.7. É proibido o deslocamento das estruturas do andaime com trabalhadores sobre os mesmos.

12.8. Uso obrigatório de Sistema de Proteção Individual Contra Quedas – SPIQ durante o uso de escadas e andaimes.

13 IÇAMENTO DE MATERIAIS E PESSOAS

13.1. O transporte de acessórios e materiais por içamento deve ser feito o mais próximo possível do piso, com o isolamento da área, em conformidade com a análise de risco e por profissional capacitado.

13.2. Deve ser elaborada análise de risco para movimentação de cargas.

13.3. Devem ser mantidos o isolamento e a sinalização da área sob carga suspensa.

13.4. Cabe ao operador, previamente capacitado pelo empregador, realizar a inspeção diária do local de trabalho onde será utilizada a Plataforma Elevatória Móvel de Trabalho – PEMT.

13.5. A PEMT não deve ser operada quando posicionada sobre caminhões, trailers, carros, veículos flutuantes, estradas de ferro, andaimes ou outros veículos, vias e equipamentos similares, a menos que tenha sido projetada para este fim.

13.6. Todos os trabalhadores na PEMT devem utilizar SPIQ conectado em ponto de ancoragem definido pelo fabricante.

14 TRABALHO A QUENTE

14.1. Nos locais onde se realizam trabalhos a quente, deve ser efetuada inspeção preliminar, de modo a assegurar que o local de trabalho e áreas adjacentes estejam limpos, secos e isentos de agentes combustíveis, inflamáveis, tóxicos e contaminantes.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

14.2. Nas operações de soldagem ou corte a quente de vasilhame, recipiente, tanque ou similar que envolvam geração de gases, é obrigatória a adoção de medidas preventivas adicionais para eliminar riscos de explosão e intoxicação do trabalhador.

15 SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

15.1. A Contratada é responsável por manter o canteiro de obra/frente de trabalho sinalizados e isolados com o objetivo de:

- a) Advertir sobre perigo de contato ou acionamento acidental com partes móveis das máquinas ou equipamentos;
- b) Advertir quanto ao risco de queda;
- c) Alertar quanto à obrigatoriedade do uso de EPI, específico para atividade executada, com a devida sinalização e advertência próximas ao posto de trabalho;
- d) Alertar quanto ao isolamento das áreas de transporte e circulação de materiais por grua, guincho e guindaste;
- e) Identificar acessos, circulação de veículos e equipamentos na obra;
- f) Identificar locais com substâncias tóxicas, corrosivas, inflamáveis, explosivas e radioativas.

15.2. É obrigatório o uso de vestimenta de alta visibilidade, coletes ou quaisquer outros meios, no tórax e costas, quando o trabalhador estiver em serviço em áreas de movimentação de veículos e cargas.

16 PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Os serviços serão interrompidos, caso seja constatado durante as atividades:

- a) Risco grave e iminente ao trabalhador e terceiros;
- b) Não cumprimento dos procedimentos de segurança e saúde no trabalho;
- c) Conduta inadequada por parte do trabalhador;
- d) Improvisação de máquina, equipamentos e ferramentas.

16.2. A paralisação será registrada pela fiscalização e encaminhada à Central de Contratos e Convênios – CCON da CMC, para as demais providências contratuais.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

17 DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES

17.1. A CONTRATADA deverá submeter ao CONTRATANTE, antes do início das atividades, os seguintes documentos descritos no Quadro 1 e 2:

17.2.

Quadro 1 - Descrição	
1	Cópia de documento com foto.
2	Cópia do Registro de Emprego de cada trabalhador do livro registro da empresa ou documento equivalente.
3	Cópia da carteira de trabalho de cada trabalhador, página da identificação do trabalhador e página do contrato de trabalho ou documento equivalente (CTPS digital).
4	Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR das atividades a serem realizadas na Câmara Municipal de Campinas.
5	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

Quadro 2 - Descrição		Obrigatoriedade	Fundamentação
6	Ordem de Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho.	Para todos os trabalhadores.	NR-1
7	Certificado de Capacitação em Equipamento de Proteção Individual - EPI	Para todos os trabalhadores.	NR-6
8	Registro de entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPI.		
8	Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.	Para todos os trabalhadores.	NR-7
9	Certificado de qualificação na área de	Eletricista.	NR 10

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

	Elétrica reconhecido por instituição de ensino.		
10	Certificado de capacitação NR 10 – Básico.	Para todos os trabalhadores.	
11	Certificado de capacitação NR 10 – SEP.	Eletricista.	
12	Certificado de curso básico em segurança do trabalho.	Para todos os trabalhadores.	NR 18
13	Certificado de capacitação em montagem e desmontagem de andaimes.	Para quem montar/desmontar andaime.	
14	Certificado de qualificação em operações de solda.	Para quem realizar solda.	
15	Certificado de Espaços Confinados, como trabalhador autorizado.	Para todos os trabalhadores.	NR 33
15	Certificado de Trabalho em Altura	Para todos os trabalhadores.	NR 35

17.3. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, antes do início das atividades, a documentação dos trabalhadores e sempre que houver substituição, para apreciação do Técnico em Segurança do Trabalho da Câmara Municipal de Campinas.

17.4. O Técnico em Segurança do Trabalho da Câmara Municipal de Campinas, durante a execução do Contrato, após análise das atividades a serem desenvolvidas, poderá exigir outras documentações relativas à Segurança e Saúde no Trabalho, não previstas neste Anexo.

17.5. Toda documentação inicial, exigida neste Anexo, deverá ser escaneada e encaminhada no formato em PDF (Portable Document Format), para maior celeridade nos processos, no seguinte endereço de e-mail: doc.seguranca@campinas.sp.leg.br.

17.5.1. Não serão aceitos documentos fotografados.

Ricardo Rezende Ribeiro
Técnico em Segurança do Trabalho

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

ANEXO I - C
MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Atesta-se para os devidos fins que, em atendimento ao previsto no Edital de Pregão nº ____/____, a empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal, realizou vistoria nos locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e graus de dificuldades existentes.

Campinas, ____ de _____ de ____.

Servidor da Câmara Municipal de Campinas responsável pela vistoria:

Nome: _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

Representante da Licitante:

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

ANEXO I - D
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DISPENSA DE
VISTORIA

Declaro para os devidos fins, que a empresa (Nome da empresa licitante, CNPJ, endereço), neste ato representada por (Nome do representante da empresa, RG e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a função/cargo na empresa) opta por não realizar a vistoria aos locais de execução dos serviços, que a empresa possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação e responsabiliza-se inteiramente pelos riscos decorrentes dessa decisão e comprometendo-se a executar os serviços em consonância com os termos contratuais, não podendo alegar desconhecimento sobre as condições dos locais de trabalho.

Campinas, ____ de _____ de ____.

Representante legal da Empresa

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

ANEXO I - E

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção predial, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra

DADOS DO FORNECEDOR			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ:		I.E.:	
ENDEREÇO:		Nº:	
COMPLEMENTO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		ESTADO:	CEP:
ENQUADRAMENTO: <input type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> EIR... <input type="checkbox"/> LTDA <input type="checkbox"/> S/A <input type="checkbox"/> MEI			
E-MAIL:		TELEFONE:	

COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD (A)	UNID	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (AxB) = C
01	Serviços de Manutenção Predial – Oficial de Manutenção (Regime global)	04	Posto mês		
02	Serviços de Manutenção Predial – Eletricista (Regime global)	02	Posto mês		
03	Serviços de Manutenção Predial – Encarregado de Manutenção (Regime global)	01	Posto mês		
SUBTOTAL MENSAL (Regime Global) (01 + 02 + 03 = D)					
04	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias em dias úteis e aos sábados	280	Hora		

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A

	– Oficial de Manutenção (Regime unitário)				
05	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Oficial de Manutenção (Regime unitário)	120	Hora		
06	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias em dias úteis e aos sábados – Eletricista (Regime unitário)	140	Hora		
07	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Eletricista (Regime unitário)	60	Hora		
08	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias em dias úteis e aos sábados – Encarregado de Manutenção (Regime unitário)	70	Hora		
09	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Encarregado de Manutenção (Regime unitário)	30	Hora		
SUBTOTAL (Regime Unitário) (04 + ... + 09 = E)					
VALOR TOTAL DO CONTRATO (24 x D + E)					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

PRAZO DE ENTREGA:

VALOR MÍNIMO PARA FATURAMENTO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

Declaro para todos os fins de Direito, que recebi e li integralmente o conteúdo do Termo de

Avenida da Saúde, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

Referência, relativo ao objeto descrito no cabeçalho deste formulário. Portanto, estou ciente de que o (s) orçamento (s) enviado (s) por esta empresa está estritamente adequado a todas as exigências e condições de contratação de prestação de serviço e/ou fornecimento ali clausuladas, especialmente no que diz respeito a quantidades, unidades, especificações técnicas, forma de apresentação, metodologias e regras de execução, documentações e demais obrigações exigidas. Além disso, estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas e seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa dos fornecimentos discriminados e especificações técnicas.

Declaro, ainda, que se houver alguma incorreção no referido documento (Termo de Referência), seja de ordem técnica ou de restrição no mercado específico de comercialização dos materiais e/ou serviços a serem contratados, que inviabilize ou prejudique o correto fornecimento ou a prestação dos serviços, comunicarei imediatamente através de e-mail de contato, para que a Administração possa tomar as devidas providências de saneamento ou justificar a adoção da questionada medida.

Declaro, por fim, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos, em conformidade com o disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Observações: É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica para qualquer operação destinada a Órgãos Públicos, independentemente do ramo de atividade exercida. (Art. 7º, III da Decisão Normativa CAT-17, de 24-11-2009).

Constitui condição para a contratação com o Poder Público a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei nº 11.033/2002.

4.133/21.

RESPONSÁVEL PELO ENVIO DA PROPOSTA

Nome:

Cargo/Função:

E-mail:

Telefone:

LOCAL/DATA

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Manutenção e Conservação
cmcon@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1612

V. 14.11.2025

ASSINATURA

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MCICV202600020A



**ANEXO II
PREÇOS ESTIMADOS**

Item	Descrição	Unid Med	Qtde	Preço Estimado Unitário	Preço Estimado Mensal
1	Serviços de Manutenção Predial – Oficial de Manutenção (Regime global)	Posto/mês	4	R\$ 8.603,31	R\$ 34.413,22
2	Serviços de Manutenção Predial – Eletricista (Regime global)	Posto/mês	2	R\$ 10.455,73	R\$ 20.911,45
3	Serviços de Manutenção Predial – Encarregado de Manutenção (Regime global)	Posto/mês	1	R\$ 10.980,52	R\$ 10.980,52
TOTAL MENSAL FIXO					R\$ 66.305,20
4	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos sábados e dias de semana – Oficial de Manutenção (Regime unitário)	Hora	280	R\$ 19,38	R\$ 5.426,40
5	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Oficial de Manutenção (Regime unitário)	Hora	120	R\$ 24,23	R\$ 2.907,00
6	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos sábados e dias de semana – Eletricista (Regime unitário)	Hora	140	R\$ 25,19	R\$ 3.527,16
7	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Eletricista (Regime unitário)	Hora	60	R\$ 31,49	R\$ 1.889,55
8	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos sábados e dias de semana – Encarregado de Manutenção (Regime unitário)	Hora	70	R\$ 27,13	R\$ 1.899,24
9	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Encarregado de Manutenção (Regime unitário)	Hora	30	R\$ 33,92	R\$ 1.017,45
TOTAL ESTIMADO HORAS EXTRAS					R\$ 16.666,80
TOTAL GLOBAL ((MENSAL*24)+HEX))					R\$ 1.607.991,65



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

ANEXO II - A
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/01/2026
B	Município/UF	Campinas/SP
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SP009407/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Oficial de manutenção predial	Posto	4

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra	
1 Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Oficial de manutenção
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-25
3 Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.664,75
4 Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Trabalhadores qualificados
5 Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/mai

Módulo 1 - Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A Salário Base	R\$ 2.664,75
B Adicional de periculosidade	
C Adicional de insalubridade	
D Adicional noturno	
E Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F Outros (especificar)	
Total da Remuneração	R\$ 2.664,75

Módulo 2 -Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	%
2.1 13º Salário, Férias e Adicional de férias		
A 13º Salário	R\$ 221,97	8,33%
B Adicional de Férias	R\$ 79,41	2,98%
Total	R\$ 301,38	11,31%

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A INSS ¹	20,00%	R\$ 593,23
B Salário Educação	2,50%	R\$ 74,15
C Seguro acidente do trabalho (SAT) ²	6,00%	R\$ 177,97
D SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 44,49
E SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 29,66
F SEBRAE	0,60%	R\$ 17,80
G INCRA	0,20%	R\$ 5,93
H FGTS	8,00%	R\$ 237,29
Total	39,80%	R\$ 1.180,52

2.3 Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A Transporte (R\$ 6,50*2*26 - 6% salário)	R\$ 338,00
B Café da Manhã (R\$ 12,50*26 - 1% salário/hr)	R\$ 324,88
C Lanche da Tarde (R\$ 6,50*26 - 1% salário/hr)	R\$ 168,88
D Auxílio-Refeição (R\$ 31,80 x 26 x 95%)	R\$ 785,46
E Assistência médica e familiar	R\$ 51,00
F Seguro de vida	R\$ 15,98
Total	R\$ 1.684,20

Quadro - Resumo do Módulo 2 -Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
2.1 13º Salário, Férias e Adicional de férias	R\$ 301,38
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.180,52
2.3 Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.684,20
Total	R\$ 3.166,10

Módulo 3 - Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 11,10
B Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,89
C Multa do FGTS nas rescisões em sem justa causa	4,00%	R\$ 106,59
D Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 51,70
E Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	0,77%	R\$ 20,58
F Multa do FGTS e contribuição social sobre aviso prévio trabalhado	0,08%	R\$ 2,07
Total	7,24%	R\$ 192,92

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	%
4.1 Substituto nas Ausências legais		
A Substituto na cobertura de Férias	R\$ 242,23	9,09%
B Substituto na cobertura de Ausências legais	R\$ 1,85	0,07%
C Substituto na cobertura de Licença paternidade	R\$ 0,43	0,02%
D Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 2,76	0,10%
E Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,62	0,02%
F Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -	
Total	R\$ 247,89	9,30%

4.2 Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total	R\$ -

Quadro - Resumo do Módulo 4 -Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4 Custo de Reposição do Profissional Ausente	
4.1 Substituto nas Ausências legais	R\$ 247,89
4.2 Substituto na Intrajornada	R\$ -
Total	R\$ 247,89

Módulo 5 - Insumos Diversos	Valor (R\$)
A Uniformes	R\$ 53,42
B Materiais - Geral	R\$ 141,13
C Kit-Oficial de Manutenção	R\$ 37,75
D Outros	
Total	R\$ 232,30

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro		
A Custos Indiretos	5,81%	R\$ 377,88
B Lucro	7,20%	R\$ 495,49
C Tributos	14,25%	R\$ 1.225,97



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A

C.1	PIS *	1,65%	R\$	141,95
C.2	COFINS	7,60%	R\$	653,85
C.3	ISS	5,00%	R\$	430,17
C.4	INSS Patronal	0,00%	R\$	-
Total			R\$	2.099,34

Quadro-resumo do Custo por Empregado			Valor (R\$)	
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$	2.664,75	
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	3.166,10	
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	R\$	192,92	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do profissional ausente	R\$	247,89	
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$	232,30	
Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$	6.503,96
E	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$	2.099,34	
Valor total por empregado			R\$	8.603,31



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/01/2026
B	Município/UF	Campinas /SP
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2024 SP009407/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Eletricista	Posto	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1 Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico Eletricista	
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3131-30	
3 Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	2.664,75
4 Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Trabalhadores qualificados	
5 Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/mai	

Módulo 1 - Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.664,75
B	Adicional de periculosidade	30% R\$ 799,43
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total da Remuneração		R\$ 3.464,18

Módulo 2 -Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de férias	Valor (R\$)	%
A	13º Salário	R\$ 288,57	8,33%
B	Adicional de Férias	R\$ 103,23	2,98%
Total		R\$ 391,80	11,31%

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS ¹	20,00%	R\$ 771,19
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 96,40
C	Seguro acidente do trabalho (SAT) ²	6,00%	R\$ 231,36
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 57,84
E	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 38,56
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 23,14
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,71
H	FGTS	8,00%	R\$ 308,48
Total		39,80%	R\$ 1.534,68

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (R\$ 6,50*2*26 - 6% salário)	R\$ 338,00
B	Café da Manhã (R\$ 12,50*26 - 1% salário/hr)	R\$ 324,84
C	Lanche da Tarde (R\$ 6,50*26 - 1% salário/hr)	R\$ 168,84
D	Auxílio-Refeição (R\$ 31,80 x 26 x 95%)	R\$ 785,46
E	Assistência médica e familiar	R\$ 51,00
F	Seguro de vida	R\$ 15,98
Total		R\$ 1.684,13

Quadro - Resumo do Módulo 2 -Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de férias	R\$ 391,80
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.534,68
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.684,13
Total		R\$ 3.610,60

Módulo 3 - Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42% R\$ 14,43
B	Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado	0,03% R\$ 1,15
C	Multa do FGTS nas rescisões em sem justa causa	4,00% R\$ 138,57
D	Aviso prévio trabalhado	1,94% R\$ 67,20
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	0,77% R\$ 26,75
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre aviso prévio trabalhado	0,08% R\$ 2,69
Total		7,24% R\$ 250,80

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Substituto nas Ausências legais	Valor (R\$)		%
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	314,89	9,09%
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	R\$	2,41	0,07%
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	R\$	0,56	0,02%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	3,59	0,10%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	0,80	0,02%
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-	
Total		R\$	322,26	9,30%

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro - Resumo do Módulo 4 -Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ 322,26
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

Total	R\$	322,26
-------	-----	--------

Módulo 5 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 53,42
B	Materiais - Geral	R\$ 141,13
C	Kit-Eletricista	R\$ 61,98
D	Outros	
Total	R\$	256,53

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,81%	R\$ 459,24
B	Lucro	7,20%	R\$ 602,18
C	Tributos	14,25%	R\$ 1.489,94
C.1	PIS *	1,65%	R\$ 172,52
C.2	COFINS	7,60%	R\$ 794,64
C.3	ISS	5,00%	R\$ 522,79
C.4	INSS Patronal	0,00%	R\$ -
Total		R\$	2.551,36

Quadro-resumo do Custo por Empregado			
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$	3.464,18
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	3.610,60
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	R\$	250,80
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do profissional ausente	R\$	322,26
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$	256,53
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$	7.904,36
E	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$	2.551,36
	Valor total por empregado	R\$	10.455,73



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/01/2026
B	Município/UF	Campinas /SP
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2024 SP009407/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Encarregado de Manutenção	Posto	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1 Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Encarregado de Manutenção	
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7102-05	
3 Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	2.664,75
4 Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Trabalhadores qualificados	
5 Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/mai	

Módulo 1 - Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.664,75
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Adicional de função	40% R\$ 1.065,90
Total da Remuneração		R\$ 3.730,65

Módulo 2 -Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de férias	Valor (R\$)		%
A	13º Salário	R\$	310,76	8,33%
B	Adicional de Férias	R\$	111,17	2,98%
Total		R\$	421,94	11,31%

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)	
A	INSS ¹	20,00%	R\$	830,52
B	Salário Educação	2,50%	R\$	103,81
C	Seguro acidente do trabalho (SAT) ²	6,00%	R\$	249,16
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$	62,29
E	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$	41,53
F	SEBRAE	0,60%	R\$	24,92
G	INCRA	0,20%	R\$	8,31
H	FGTS	8,00%	R\$	332,21
Total		39,80%	R\$	1.652,73

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		
A	Transporte (R\$ 6,50*2*26 - 6% salário)	R\$	338,00	
B	Café da Manhã (R\$ 12,50*26 - 1% salário/hr)	R\$	324,83	
C	Lanche da Tarde (R\$ 6,50*26 - 1% salário/hr)	R\$	168,83	
D	Auxílio-Refeição (R\$ 31,80 x 26 x 95%)	R\$	785,46	
D	Assistência médica e familiar	R\$	51,00	
D	Seguro de vida	R\$	15,98	
Total		R\$	1.684,10	

Quadro - Resumo do Módulo 2 -Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de férias	R\$ 421,94
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.652,73
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.684,10
Total		R\$ 3.758,77

Módulo 3 - Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 15,54
B	Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,24
C	Multa do FGTS nas rescisões em sem justa causa	4,00%	R\$ 149,23
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 72,37
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	0,77%	R\$ 28,81
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre aviso prévio trabalhado	0,08%	R\$ 2,89
Total		7,24%	R\$ 270,09

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4.1	Substituto nas Ausências legais	Valor (R\$)	%
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 339,12	9,09%
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	R\$ 2,59	0,07%
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	R\$ 0,61	0,02%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 3,87	0,10%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,87	0,02%
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -	
Total		R\$ 347,05	9,30%

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

Total	R\$	-
-------	-----	---

Quadro - Resumo do Módulo 4 -Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4 Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1 Substituto nas Ausências legais	R\$	347,05
4.2 Substituto na Intra jornada	R\$	-
Total	R\$	347,05

Módulo 5 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A Uniformes	R\$	53,42
B Materiais - Geral	R\$	141,13
Total	R\$	194,55

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e lucro					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Percentual (%)		Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		5,81%	R\$	482,29
B	Lucro		7,20%	R\$	632,40
C	Tributos		14,25%	R\$	1.564,72
C.1	PIS ³		1,65%	R\$	181,18
C.2	COFINS		7,60%	R\$	834,52
C.3	ISS		5,00%	R\$	549,03
C.4	INSS Patronal		0,00%	R\$	-
Total				R\$	2.679,42

Quadro-resumo do Custo por Empregado		
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$	3.730,65
B Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	3.758,77
C Módulo 3 – Provisão para rescisão	R\$	270,09
D Módulo 4 – Custo de Reposição do profissional ausente	R\$	347,05
E Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$	194,55
Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$	8.301,10
E Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$	2.679,42
Valor total por empregado	R\$	10.980,52



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

TABELA ITEM 4.4.1 do T.R.

Item	Equipamento/Ferramenta	Qtd	Valor Unitário	Valor Total (R\$)	Vida útil estimada (Ano)
1	Alicate de corte com cabo isolado	1	R\$ 30,90	R\$ 30,90	10
2	Alicate de bomba d'água pequeno	1	R\$ 39,99	R\$ 39,99	10
3	Alicate de bomba d'água grande	1	R\$ 120,99	R\$ 120,99	10
4	Alicate de pressão	2	R\$ 71,24	R\$ 142,48	10
5	Alicate para rebites tipo "pop" (Rebitador)	1	R\$ 86,90	R\$ 86,90	10
6	Alicate universal com cabo isolado	1	R\$ 50,59	R\$ 50,59	10
7	Arco de Serra comum	2	R\$ 38,90	R\$ 77,80	10
8	Aplicador de silicone	1	R\$ 49,90	R\$ 49,90	2
9	Aspirador de Pó e água 1.200W ou superior	1	R\$ 374,90	R\$ 374,90	10
10	Bomba de borracha p/ desobstrução de esgoto	1	R\$ 2.742,90	R\$ 2.742,90	10
11	Bomba de borracha p/ desobstrução de vaso sanitário	1	R\$ 117,80	R\$ 117,80	10
12	Brocas de aço vdeia (jogo 3 a 10 mm e intermediárias)	1	R\$ 39,90	R\$ 39,90	1
13	Brocas de aço para madeira (jogo 3 a 10 mm e intermediárias)	1	R\$ 16,90	R\$ 16,90	1
14	Brocas de aço rápido (jogo 3 a 10 mm e intermediárias)	1	R\$ 219,90	R\$ 219,90	1
15	Brocas de aço rápido (jogo 1/16" a 1/4" e intermediárias)	1	R\$ 349,90	R\$ 349,90	1
16	Brocha (jogo/vários tamanhos)	1	R\$ 35,26	R\$ 35,26	2
17	Cálbre (paquímetro) 250 mm	1	R\$ 319,90	R\$ 319,90	10
18	Carrinho de mão	1	R\$ 332,40	R\$ 332,40	10
19	Chave Allen (jogo 3 a 10 mm e intermediárias)	1	R\$ 54,99	R\$ 54,99	10
20	Chave de boca nº 8 a 24 mm e intermediárias (jogo)	1	R\$ 1.334,90	R\$ 1.334,90	10
21	Chave combinada nº 8 a 24 mm e intermediárias (jogo)	1	R\$ 1.334,90	R\$ 1.334,90	10
22	Chave cachimbo nº 8 a 24 mm e intermediárias (jogo)	1	R\$ 192,56	R\$ 192,56	10
23	Chave catraca (jogo)	1	R\$ 172,90	R\$ 172,90	10
24	Chave de fenda 1/4 x 6"	1	R\$ 12,94	R\$ 12,94	10
25	Chave de fenda 1/4 x 8"	1	R\$ 19,03	R\$ 19,03	10
26	Chave de fenda 1/8 x 3, 3 x 75mm	1	R\$ 10,80	R\$ 10,80	10
27	Chave de fenda 1/8 x 6	1	R\$ 19,90	R\$ 19,90	10
28	Chave de fenda cotoco (jogo)	1	R\$ 20,85	R\$ 20,85	10
29	Chaves de grifo 08" a 36"	1	R\$ 223,88	R\$ 223,88	10
30	Chave inglesa 10, 12 e 14" (jogo)	1	R\$ 258,70	R\$ 258,70	10
31	Chave p/ montar e desmontar misturador de pia	1	R\$ 32,90	R\$ 32,90	10
32	Chave p/ trocar reparo DECA	1	R\$ 189,90	R\$ 189,90	10
33	Chave Philips 1/4 x 5"	1	R\$ 13,68	R\$ 13,68	10
34	Chave Philips 1/8 x 3, 3 x 75 mm	1	R\$ 10,50	R\$ 10,50	10
35	Chave Philips 3/16 x 3"	1	R\$ 11,84	R\$ 11,84	10
36	Chave Philips 3/16 x 4, 3 x 75mm	1	R\$ 20,90	R\$ 20,90	10
37	Chave Philips cotoco (jogo)	1	R\$ 42,00	R\$ 42,00	10
38	Conjunto de 4 peças de grampo (sargentos)	1	R\$ 54,90	R\$ 54,90	10
39	Colher de pedreiro	2	R\$ 38,90	R\$ 77,80	5
40	Compressor de ar portátil	1	R\$ 854,90	R\$ 854,90	10
41	Cortadora elétrica ("Makita")	1	R\$ 559,90	R\$ 559,90	10
42	Desempenadeira de aço dentada	1	R\$ 59,90	R\$ 59,90	5
43	Desempenadeira de aço lisa	1	R\$ 36,90	R\$ 36,90	5
44	Desentupidor de pias (pequeno)	1	R\$ 23,73	R\$ 23,73	2
45	Escada de fibra com 6 degraus	1	R\$ 575,88	R\$ 575,88	10
46	Escada de alumínio com 10 degraus	1	R\$ 519,00	R\$ 519,00	10
47	Escada extensiva de fibra 4,20 x 7,20 m	1	R\$ 1.018,00	R\$ 1.018,00	10
48	Esmerilhadeira elétrica	1	R\$ 314,00	R\$ 314,00	10
49	Espátula	1	R\$ 38,90	R\$ 38,90	2
50	Esquadro de mão	1	R\$ 103,90	R\$ 103,90	5
51	Estilete	1	R\$ 101,90	R\$ 101,90	2
52	Extensão com 10 metros	1	R\$ 163,90	R\$ 163,90	10
53	Extensão com 20 metros	2	R\$ 272,90	R\$ 545,80	10
54	Ferro de solda 40W (ponta fina)	1	R\$ 45,90	R\$ 45,90	10
55	Fornão 3/2"	1	R\$ 16,90	R\$ 16,90	10
56	Fornão 3/8"	1	R\$ 37,90	R\$ 37,90	10
57	Furadeira de Impacto Profissional 800W + jogo de brocas	1	R\$ 323,70	R\$ 323,70	10
58	Furadeira/Parafusadeira + acessórios	2	R\$ 991,00	R\$ 1.982,00	10
59	Lanterna recarregável 15 Leds	2	R\$ 63,90	R\$ 127,80	5
60	Lima chata 8" bastarda	1	R\$ 16,90	R\$ 16,90	10
61	Lima redonda 6"	1	R\$ 38,90	R\$ 38,90	10
62	Lixadeira elétrica (p/ metal)	1	R\$ 293,90	R\$ 293,90	10
63	Lupa com cabo (60 mm diâmetro)	1	R\$ 15,85	R\$ 15,85	10
64	Marreta 1kg	1	R\$ 79,90	R\$ 79,90	10
65	Martelo bola	1	R\$ 64,90	R\$ 64,90	10
66	Martelo de borracha	1	R\$ 31,90	R\$ 31,90	10
67	Martelo unha	1	R\$ 50,90	R\$ 50,90	10
68	Nível de bolha	1	R\$ 169,90	R\$ 169,90	10
69	Pá reta	1	R\$ 48,69	R\$ 48,69	10
70	Pé-de-cabra	1	R\$ 74,90	R\$ 74,90	10
71	Pincéis (jogo)	1	R\$ 19,21	R\$ 19,21	2
72	Prumo	1	R\$ 29,90	R\$ 29,90	10
73	Rolos de pintura de espuma (jogo)	1	R\$ 37,71	R\$ 37,71	1
74	Rolos de pintura de lã de carneiro (jogo)	1	R\$ 54,00	R\$ 54,00	1
75	Serra copos (jogo 1/2" a 2" e intermediárias)	1	R\$ 878,90	R\$ 878,90	5
76	Serra tico-tico	1	R\$ 447,42	R\$ 447,42	10
77	Serrote 20"	1	R\$ 96,90	R\$ 96,90	10
78	Serrote para gesso	1	R\$ 51,74	R\$ 51,74	10
79	Talhadeiras 8" a 10"	1	R\$ 57,90	R\$ 57,90	10
80	Termômetro digital com mira a laser	1	R\$ 539,99	R\$ 539,99	10
81	Tesoura	1	R\$ 17,90	R\$ 17,90	10
82	Trena de aço 10m	2	R\$ 26,90	R\$ 53,80	10
83	Trena à laser 50m	1	R\$ 186,90	R\$ 186,90	10
84	Trinchas (jogo)	1	R\$ 21,53	R\$ 21,53	1
85	Rádio portátil de comunicação HT	2	R\$ 137,95	R\$ 275,90	10
86	Platina elétrica	1	R\$ 737,80	R\$ 737,80	10
87	Computador com conexão à Internet	1	R\$ 1.111,00	R\$ 1.111,00	10
88	Impressora e respectivos suprimentos	1	R\$ 829,00	R\$ 829,00	5
89	Multímetro digital (voltímetro, amperímetro e ohmímetro)	1	R\$ 95,34	R\$ 95,34	10
90	Scanner Detector de energia, água e metal em parede	1	R\$ 51,90	R\$ 51,90	10
91	Chave para válvula americana	1	R\$ 127,99	R\$ 127,99	10
92	Testador de cabos de rede	1	R\$ 72,90	R\$ 72,90	10
93	Decapador de cabos UTP	1	R\$ 20,00	R\$ 20,00	10
94	Sugador de solda	1	R\$ 9,96	R\$ 9,96	10
95	Saca polia 3 garras (120 mm)	1	R\$ 286,99	R\$ 286,99	10
Total				R\$ 23.710,11	
Total mensal (24 meses)				R\$ 987,92	
Total por colaborador (7)/mês				R\$ 141,13	



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

CATEGORIA	PERÍODO	Valor Hora Normal	Ad HEX	Valor Unit HEX
Oficial de Manutenção	Dias úteis/Sábados	R\$ 12,11	60% R\$ 7,27	R\$ 19,38
	Domingos e Feriados	R\$ 12,11	100% R\$ 12,11	R\$ 24,23
Eletricista	Dias úteis/Sábados	R\$ 15,75	60% R\$ 9,45	R\$ 25,19
	Domingos e Feriados	R\$ 15,75	100% R\$ 15,75	R\$ 31,49
Encarregado de Manutenção	Dias úteis/Sábados	R\$ 16,96	60% R\$ 10,17	R\$ 27,13
	Domingos e Feriados	R\$ 16,96	100% R\$ 16,96	R\$ 33,92



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

TABELA ITEM 4.4.2 do T.R

Kit - Oficial de Manutenção

Item	Equipamento/Ferramenta	Qtde	Valor Unitário	Valor total	Vida útil (anos)
1	Alicate de bico reto 6"	1	R\$ 31,81	R\$ 31,81	10
2	Alicate universal 8"	1	R\$ 21,20	R\$ 21,20	10
3	Jogo de chaves de boca, combinadas, 8 a 24mm e intermediárias	1	R\$ 202,50	R\$ 202,50	10
4	Jogo de chaves de fenda (mínimo cinco peças)	1	R\$ 32,90	R\$ 32,90	10
5	Rádio portátil de comunicação HT	1	R\$ 211,50	R\$ 211,50	10
6	Estilete profissional	1	R\$ 16,90	R\$ 16,90	2
7	Alicate de Corte	1	R\$ 19,32	R\$ 19,32	10
8	Jogo de chave Philips (mínimo cinco peças)	1	R\$ 41,90	R\$ 41,90	10
9	Lanterna recarregável de 15 Leds	1	R\$ 63,90	R\$ 63,90	5
10	Trena de aço com 5m	1	R\$ 23,90	R\$ 23,90	10
11	Maleta/bolsa para guarda do Kit ou caixa de ferramentas	1	R\$ 240,17	R\$ 240,17	10
Total				R\$ 906,00	
Total mensal				R\$ 37,75	



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV202600020A

TABELA ITEM 4.4.2 do T.R

Kit - Técnico Eletricista

Item	Equipamento/Ferramentas	Qtd	Valor Unitário	Valor Total	Vida Útil
1	Alicate crimpador RJ11, RJ12 e RJ45	1	R\$ 27,00	R\$ 27,00	10
2	Alicate Crony	1	R\$ 48,23	R\$ 48,23	10
3	Alicate universal com cabo isolado 1000 V	1	R\$ 21,20	R\$ 21,20	10
4	Alicate de bico reto 6" com cabo isolado 1000 V	1	R\$ 37,42	R\$ 37,42	10
5	Alicate Amperímetro	1	R\$ 83,90	R\$ 83,90	10
6	Alicate prensa terminal	1	R\$ 83,90	R\$ 83,90	10
7	Chave de fenda simples para bornes 6 x 150 ¼ x 6" com cabo isolado 1000 V	1	R\$ 26,90	R\$ 26,90	10
8	Chave de fenda simples para bornes 6 x 150 ¼ x 8" com cabo isolado 1000 V	1	R\$ 19,90	R\$ 19,90	10
9	Chave teste de fase	1	R\$ 20,90	R\$ 20,90	10
10	Decapador de cabos UTP	1	R\$ 63,90	R\$ 63,90	10
11	Extensão com 10 metros	1	R\$ 163,90	R\$ 163,90	10
12	Estilete profissional	1	R\$ 16,90	R\$ 16,90	5
13	Decapador para cabo coaxial	1	R\$ 26,30	R\$ 26,30	10
14	Multímetro digital (voltímetro, amperímetro e ohmímetro)	1	R\$ 159,99	R\$ 159,99	10
15	Jogo de chave Philips (mínimo cinco peças) com isolamento 1000 V	1	R\$ 44,90	R\$ 44,90	10
16	Sugador de solda	1	R\$ 35,90	R\$ 35,90	10
17	Tesoura	1	R\$ 17,90	R\$ 17,90	10
18	Testador de cabos	1	R\$ 136,90	R\$ 136,90	10
19	Rádio Portátil de comunicação HT	1	R\$ 211,50	R\$ 211,50	10
20	Maleta ou bolsa para guarda do Kit	1	R\$ 240,17	R\$ 240,17	10
Total				R\$ 1.487,61	
Total Mensal				R\$ 61,98	



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

TABELA 4.5.2 do T.R.

Uniformes e EPIs

Item	Equipamento/Vestimenta	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Calças jeans ou de brim, novas e sem uso, com identificação da CONTRATADA	2	R\$ 104,90	R\$ 209,80
2	Camisetas, novas e sem uso, com identificação da CONTRATADA	3	R\$ 37,90	R\$ 113,70
3	Agasalho de inverno com identificação da CONTRATADA	1	R\$ 134,90	R\$ 134,90
4	Par de sapatos de segurança	1	R\$ 98,90	R\$ 98,90
5	Pares de meias de algodão	3	R\$ 17,90	R\$ 53,70
6	Cinto de couro ou couro sintético	1	R\$ 29,99	R\$ 29,99
Total anual				R\$ 640,99
Total para 24 meses				R\$ 1.281,98
Total mensal				R\$ 53,42



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL A SEREM EXECUTADOS EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS E A EMPRESA

O Município de Campinas, por intermédio da **Câmara Municipal de Campinas**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.425.994/0001-87, com sede na Av. da Saudade, 1004 - Bairro Ponte Preta, Campinas, Estado de S. Paulo, representada pelo seu Presidente Vereador **Luiz Carlos Rossini**, domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e-mail _____, **Tel: () _____**, ajustam o presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, resultante do Processo Administrativo **CMC-ADM-2025/00487**, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariarem as disposições deste CONTRATO, que reger-se-á pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção predial, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

Item	Especificação Técnica / CATSER	CATSER	Unidade de Medida	Qtde
01	Serviços de Manutenção Predial – Oficial de Manutenção (Regime global) – CATSER 1627	1627	Posto mês	04
02	Serviços de Manutenção Predial – Eletricista (Regime global) – CATSER 1627	1627	Posto mês	02
03	Serviços de Manutenção Predial – Encarregado de Manutenção	1627	Posto mês	01



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A

MINUTA

	(Regime global) – CATSER 1627			
04	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos sábados e dias de semana – Oficial de Manutenção (Regime unitário) – CATSER 1627	1627	Hora	280
05	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Oficial de Manutenção (Regime unitário) – CATSER 1627	1627	Hora	120
06	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos sábados e dias de semana – Eletricista (Regime unitário) – CATSER 1627	1627	Hora	140
07	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Eletricista (Regime unitário) – CATSER 1627	1627	Hora	60
08	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos sábados e dias de semana – Encarregado de Manutenção (Regime unitário) – CATSER 1627	1627	Hora	70
09	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos domingos e feriados – Encarregado de Manutenção (Regime unitário) – CATSER 1627	1627	Hora	30

1.2 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente de nº **01.031.3001.4004.3.3.90.37.04.01.100**.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A

MINUTA

1.3 No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo orçamento, ficando a CONTRATANTE obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimada e, havendo necessidade, a emitir Nota de Empenho complementar, respeitadas as mesmas classificações orçamentárias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O contrato terá o prazo de vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data estipulada na Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. A Administração poderá extinguir o contrato, **sem ônus**, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando verificar que o ajuste não mais lhe oferece vantagem, **desde que a extinção ocorra na próxima data de aniversário do contrato**, mediante **prévia notificação da CONTRATADA em prazo não inferior a 2 (dois) meses**, nos termos do **art. 106, inciso III, c/c § 1º, da Lei nº 14.133/2021**.

2.2 A data de aniversário do contrato será a data estipulada na primeira ordem de serviço, considerado o marco temporal do início a vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total mensal do contrato será composto pela soma da parcela fixa mensal, atinente aos serviços executados sob o regime da empreitada por preço global, conforme a tabela 1 abaixo, e a parcela variável, quando existente, atinente aos serviços executados sob o regime da empreitada por preços unitários, conforme a tabela 2 abaixo:

Tabela 1

Item	Descrição	Unid	Valor unitário (A)	Qtde unid (B)	Preço Mensal do contrato (C=AxB)	Qtde de meses (D)	Preço Total do contrato (CxD)
01	Serviços de Manutenção Predial – Oficial	Posto mês	R\$ ____	04	R\$ ____	24	R\$ ____



CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

	de Manutenção (Regime global)						
02	Serviços de Manutenção Predial – Eletricista (Regime global)	Posto mês	R\$ ____	02	R\$ ____	24	R\$ ____
03	Serviços de Manutenção Predial – Encarregado de Manutenção (Regime global)	Posto mês	R\$ ____	01	R\$ ____	24	R\$ ____

Valor fixo mensal: R\$ _____

Tabela 2

Item	Descrição	Unid	Valor unitário (A)	Qtde unid (B)	Preço Total do contrato (AxB)
04	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinárias aos sábados e dias de	Hora	R\$ ____	280	R\$ ____



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC1CV202600020A

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

	semana – Oficial de Manutenção (Regime unitário)				
05	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinária s aos domingos e feriados – Oficial de Manutenção (Regime unitário)	Hora	R\$ ____	120	R\$ ____
06	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinária s aos sábados e dias de semana – Eletricista (Regime unitário)	Hora	R\$ ____	140	R\$ ____
07	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinária s aos domingos e feriados –	Hora	R\$ ____	60	R\$ ____



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC1CV202600020A

MINUTA

	Eletricista (Regime unitário)				
08	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinária s aos sábados e dias de semana – Encarregado de Manutenção (Regime unitário)	Hora	R\$ ____	70	R\$ ____
09	Serviços de Manutenção Predial prestados como horas extraordinária s aos domingos e feriados – Encarregado de Manutenção (Regime unitário)	Hora	R\$ ____	30	R\$ ____

Valor total estimado para 24 (vinte e quatro) meses: R\$ 1.958.782,05

3.2 Os valores serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 meses a contar da data base de início da vigência do(s) acordo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou dissídio(s) coletivo(s) homologado(s) ao(s) qual(ais) a proposta da CONTRATADA se baseou.

3.2.1 Após 12 (doze) meses contados da data base de início da vigência do(s) acordo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou dissídio(s) coletivo(s) homologado(s) ao(s) qual(ais) a



MINUTA

proposta da CONTRATADA esteja vinculada, os itens poderão ser repactuados, mediante requisição da CONTRATADA.

3.2.1.1 A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços atualizada conforme o novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, a qual também deverá ser apresentada.

3.2.1.2 As repactuações seguintes ocorrerão sempre no prazo mínimo de 01 (um) ano da data base da última repactuação.

3.2.2 A CONTRATADA deverá solicitar a repactuação em até 2 (dois) meses, contados do novo acordo, convenção ou sentença normativa, que fundamenta a repactuação, para que a repactuação se opere a partir da data da publicação da homologação do novo acordo, convenção ou sentença normativa.

3.2.2.1 Passados 2 (dois) meses da data do novo acordo, convenção ou sentença normativa, a repactuação se operará a partir da data da solicitação da CONTRATADA em diante, não retroagindo à data da publicação da homologação do novo acordo, convenção ou sentença normativa.

3.2.2.1.1 O atraso do pedido de repactuação não altera a data base do(s) pedido(s) de repactuação(ões) trazidos no item 3.2.2.1.

3.3 A concessão de reajuste dos valores não relacionados aos custos trabalhistas da prestação de serviço, conforme discriminado na planilha de formação de custos apresentada, tais como custos de insumos, materiais de consumo, uniformes, bens e patrimônios disponibilizados ou fornecidos pela Contratada à Contratante, custos indiretos, lucro, impostos relacionados ao estabelecimento da empresa ou operações gerais não diretamente relacionadas ao serviço prestado à Contratante neste contrato, serão da seguinte forma:

3.3.1 Os valores referidos no item 3.3 apresentados permanecerão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da **data do orçamento estimado da contratação, 15/01/2026**, conforme explicitado no item 9.1.2.1 do Edital.

3.3.2 A CONTRATADA deverá solicitar a repactuação em até 2 (dois) meses, contados da **data do orçamento estimado da contratação**, para que o reajuste se opere da data de apresentação da proposta.

3.3.3 Passados 2 (dois) meses da data de aniversário do marco temporal, o reajuste se





Central de Contratos e Convênios
 ccon@campinas.sp.leg.br
 Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

operará a partir da data da solicitação da Contratada em diante, não retroagindo à **data do orçamento estimado da contratação**, tendo como índice base do reajuste o IPCA-IBGE.

3.4 Ao longo da execução contratual, a Contratada poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro se constatar fato imprevisível ou de difícil previsibilidade que alterou o equilíbrio originalmente avençado no presente contrato.

3.4.1 A Contratada deverá instruir eventual pedido de reequilíbrio com provas objetivas dos fatos ou situações supervenientes e imprevisíveis ou de difícil previsibilidade que alteraram o equilíbrio econômico-financeiro em relação às condições originais do contrato, sob pena de ter seu pedido indeferido.

3.5 A Contratante deverá responder ao pleito de repactuação e reequilíbrio em até 1 (um) mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

4.1 Para a execução dos serviços, a empresa disponibilizará para a Câmara Municipal de Campinas quantitativo de recursos humanos de seu quadro de pessoal, para cobrir os postos de trabalho de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência em especial conforme Cronograma de realização dos serviços.

4.2 Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

4.2.1 Sede da CONTRATANTE: Avenida da Saudade, nº 1004, Ponte Preta – Campinas – SP – CEP: 13041-670, incluindo o passeio público, no que se refere à infraestrutura pertencente ao patrimônio da CONTRATANTE ou cuja manutenção seja de sua responsabilidade;

4.2.2 Torre de transmissão da TV Câmara: Rua José Martins Lourenço, nº 235 Sala 06, Jardim São Gabriel – Campinas – SP – CEP: 13046-290.

4.2.3. Eventual mudança de sede da CONTRATANTE: na hipótese de eventual mudança de endereço ou instalação de nova sede da CONTRATANTE durante a vigência do contrato, os serviços objeto deste instrumento deverão ser igualmente prestados no novo local, incluindo as áreas internas e externas, bem como o passeio público, no que se refere à infraestrutura pertencente ao patrimônio da CONTRATANTE ou cuja manutenção seja de sua responsabilidade, mediante prévia comunicação formal à CONTRATADA, desde que não haja alteração do objeto contratado nem impacto relevante nos custos de execução.

4.2.4. Na hipótese de eventual alteração da sede da CONTRATADA (ou do local de execução,



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A

MINUTA

quando aplicável) acarretar **comprovada variação dos custos contratuais**, para mais ou para menos, a Administração deverá **analisar a repercussão econômico-financeira da alteração**, a fim de **avaliar a aplicação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, observada a devida instrução processual e a demonstração analítica da efetiva variação de custos.

4.3 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar aos seus empregados os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

4.4 A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

4.4.1 No caso de falta ao trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar empregado substituto, com qualificação equivalente, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação, no prazo máximo de 02 (duas) horas após tomar conhecimento da ausência ou, com a anuência da CONTRATANTE, poderá compensar o período da carga horária do posto de trabalho que ficou descoberto.

4.4.1.1 Caso a CONTRATADA não reponha o posto ou a CONTRATANTE não concorde com a compensação posterior, o período em que o posto ficou descoberto será glosado do pagamento mensal.

4.4.1.2 Caberá ao Encarregado de manutenção/Preposto informar à CONTRATADA o quanto antes, de forma que a mesma providencie as reposições. A CONTRATADA deverá orientar os demais funcionários quanto aos procedimentos em caso de falta do encarregado, de forma que o posto seja coberto dentro do prazo estabelecido no item anterior.

4.5 A CONTRATADA deverá indicar o preposto designado como funcionário da empresa responsável pelos prestadores de serviços na Câmara.

4.5.1 A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço, para representá-la na execução do contrato.

4.5.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão





Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.6 Os serviços serão prestados mediante execução indireta, sob o regime de execução misto.

4.6.1 Os itens 1, 2 e 3 do objeto serão por regime de empreitada por preço global;

4.6.2 Os itens 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do objeto serão por regime de empreitada por preço unitário.

4.7 A CONTRATADA poderá, preferencialmente, recrutar mão de obra oriunda do Programa de Atenção à População em Situação de Rua, "Parceiros da Cidade – Mão Amiga", conforme Lei Municipal 15.593/2018, devendo, nesse caso, entrar em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH, pelos seguintes canais de comunicação: Telefone: (19) 2515-7292; Celular: (19) 99394-0974; Av. Anchieta 343, 5º andar, Campinas/SP.

4.8 A CONTRATADA iniciará a execução do serviço na data estipulada na Ordem de Serviço que lhe for emitida pela CONTRATANTE, enviada ao e-mail indicado na proposta comercial da empresa CONTRATADA.

4.8.1 A Ordem de Serviço será emitida conforme a necessidade e conveniência administrativa, observadas as condições mínimas de mobilização da equipe.

4.8.2 A CONTRATADA deverá apresentar a documentação de qualificação e habilitação dos funcionários até o início efetivo das atividades, admitindo-se, em casos excepcionais devidamente justificados, a entrega complementar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, desde que não comprometa a segurança ou o cumprimento das normas do Anexo I – Diretrizes de Saúde e Segurança do Trabalho.

4.8.3 O descumprimento injustificado dos prazos implicará as penalidades cabíveis, conforme a cláusula 10.1.2.1.

4.9 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.9.1 Limpeza, desobstrução e retirada de elementos sólidos de ralos, caixas de inspeção, caixas de gordura, redes de esgoto, aparelhos sanitários e galerias de captação de águas pluviais (hidrojateamento);

4.9.2 Limpeza e/ou realização de reparos em fossas sépticas com a retirada de resíduos sólidos e descarte em consonância com a legislação ambiental;



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A

MINUTA

4.9.3 Locação de equipamento para serviços de elevação, içamento, movimentação e manuseio de cargas e materiais;

4.9.4 Locação de caçamba ou caixa estacionária para remoção e descarte de entulho.

4.10 A proposta de subcontratação, no ato da execução, deverá ser apresentada por escrito, e somente após a aprovação da Fiscalização do contrato os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados.

4.10.1. A empresa subcontratada deverá apresentar toda a documentação que comprove a sua habilitação, nos termos exigidos na presente contratação.

4.11 A CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a CONTRATADA, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.

4.12 É terminantemente proibido qualquer tipo de subcontratação por parte da CONTRATADA sem a autorização expressa da CONTRATANTE.

4.13 Considerar-se-á a CONTRATADA como conhecedora dos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as subcontratações permitidas pelo Termo de Referência, bem como as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Além das obrigações previstas nos demais anexos do edital, em especial no Anexo I - Termo de Referência, a CONTRATADA deverá:

5.1.1 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;





Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

5.1.2 Qualquer alteração nos atos constitutivos da empresa ou revogação/alteração de poderes de mandatários deverá ser comunicada à CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades.

5.1.3 Emitir Carta de Preposição, indicando o profissional que representará a CONTRATADA.

5.1.3.1 A indicação do preposto, visa à comunicação entre a CONTRATADA e o representante da CMC, durante a execução dos serviços. Esse preposto terá como missão exercer controle sobre os empregados da CONTRATADA, garantir o bom andamento dos serviços e tomar providências pertinentes às não conformidades detectadas. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender;

5.1.3.2 O Preposto deverá assinar a respectiva carta, demonstrando que está anuindo à responsabilidade.

5.1.3.3 Na carta de preposição deve constar o e-mail e telefone de contato do preposto.

5.1.4 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas internas da CONTRATANTE;

5.1.5 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

5.1.6 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

5.1.7 Indenizar a CONTRATANTE pelo justo valor dos eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer bens da Instituição ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do respectivo valor, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

5.1.8 Responsabilizar-se por seus equipamentos e materiais emprestados, cedidos ou em uso dentro das dependências da CONTRATANTE, mesmo que estejam a ser utilizados por funcionários da CONTRATANTE ou de outras de instituições, com a devida autorização da CONTRATADA.

5.1.8.1 A CONTRATANTE se isenta de qualquer responsabilidade na guarda, utilização e manutenção dos equipamentos e materiais da CONTRATADA no interior da(s) sede(s) da CONTRATANTE.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



MINUTA

5.1.9 Prover a mão de obra descrita no contrato para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

5.1.9.1 A reposição do posto deverá ser feita somente por funcionário que tenha apresentado a documentação prévia, conforme Termo de Referência e ANEXO referente às DIRETRIZES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO e o ANEXO deste contrato, além efetuado cadastro no ponto eletrônico biométrico.

5.1.9.2 A falta de reposição do posto de trabalho, após o prazo estabelecido no item 4.4.1, ocasionará a glosa do valor do período descoberto, na Nota Fiscal a ser emitida pela CONTRATADA.

5.1.9.2.1 Para calcular o valor da glosa, será contabilizado também o período de tolerância estabelecido no item 4.4.1.

5.1.9.2.2 Se, dentro do mesmo mês, houver reincidência na falta de reposição do posto ou atraso para o seu preenchimento, a Fiscalização encaminhará Registro de Ocorrência à Central de Contratos e Convênios para dar início ao procedimento de aplicação de penalidade contratual, sem prejuízo da glosa dos valores correspondentes.

5.1.10 Respeitar os intervalos intra e interjornadas assegurados em lei ou, excepcionalmente, indenizá-los, observando-se, em qualquer caso, o descanso mínimo de 11 (onze) horas entre jornadas.

5.1.11 A empresa deverá responsabilizar-se de forma exclusiva pelo deslocamento/transporte de seu funcionário até a(s) sede(s) da CONTRATANTE.

5.1.12 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

5.1.13 A empresa deverá efetuar o pagamento, na data certa, do salário e demais benefícios assegurados à categoria, bem como os recolhimentos previdenciários, sob pena de aplicação de multa diária pelo atraso, além da retenção de eventual pagamento mensal pela prestação do serviço, nos limites e condições do item 8.7 e seus subitens.

5.1.13.1 A CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória dos pagamentos nos prazos previstos no ANEXO deste contrato ou, excepcionalmente, em data



MINUTA

posterior, desde que expressamente autorizado pela CONTRATANTE.

5.1.13.2 Nos casos de extinção ou término da vigência do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento das verbas rescisórias dos empregados ou comprovar que os mesmos empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

5.1.13.3 Até que a CONTRATADA comprove o disposto nos itens 5.1.13.1 e 5.1.13.2, a CONTRATANTE poderá reter a garantia contratual e os valores das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes.

5.1.14 Entregar à fiscalização do contrato, em até 3 (três) dias úteis do mês subsequente depois do fim do mês em que houver prestação de serviço/mês de referência:

5.1.14.1 Cópia da folha de registro de ponto/controle de ponto dos funcionários da CONTRATADA que trabalharam alocados na(s) sede(s) CONTRATANTE (exemplo: prestou serviço em abril/26, entregar até o 3º dia útil de maio/26);

5.1.14.2 Relatório ou planilha em que conste o nome de todos os funcionários da CONTRATADA que trabalharam alocados na(s) sede(s) CONTRATANTE com a informação da função que cada um exerce (exemplo: prestou serviço em abril/25, entregar até o 3º dia útil de maio/25).

5.1.15 A não entrega dos documentos solicitados no item 5.1.14 poderá impossibilitar ou atrasar o recebimento provisório dos serviços prestados e, por consequência, a emissão da nota fiscal de serviço e o pagamento, conforme Cláusula Sétima deste contrato.

5.2 No caso de existência de produção intelectual, autoral, de som e/ou imagem inerente ao objeto contratado, após a entrega, recebimento e pagamento do objeto ou de suas parcelas, a Câmara Municipal de Campinas será a única detentora dos referidos direitos intelectuais, autorais, de som e/ou imagem.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Além das Obrigações previstas nos demais anexos do edital, em especial no Anexo I – Termo de Referência, a CONTRATANTE deverá:

6.1.1 Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, quaisquer falhas ocorridas na execução do contrato;





Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

6.1.2 Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

6.1.3 Impugnar os trabalhos que não forem feitos a contento, ficando a CONTRATADA obrigada a refazê-los, sem ônus para a CONTRATANTE;

6.1.4 Aplicar à CONTRATADA, quando cabíveis, as penalidades regulamentares, contratuais e legais;

6.1.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relacionados ao serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 Após o final do período de medição do serviço e entrega, uma vez recebidos os documentos descritos no item 5.1.14, a fiscalização do contrato (CONTRATANTE) elaborará e enviará a CONTRATADA, por e-mail, em até 3 (três) dias úteis, a Planilha/Relatório Mensal de Controle de Resultados onde constará o valor a ser faturado pela CONTRATADA, com base no **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**, conforme disposto no Termo de Referência.

7.2 O envio da Planilha/Relatório Mensal de Controle de Resultados preenchida e assinada pela fiscalização do contrato será considerado como recebimento provisório do serviço prestado no mês de referência.

7.3 A CONTRATADA somente poderá emitir nota fiscal após o recebimento da Planilha/Relatório Mensal de Controle do **Instrumento de Medição de Resultados**, com o valor correspondente a ser faturado, de acordo com a avaliação da qualidade do serviço prestado emitida pelo fiscal do contrato e recebida pela empresa CONTRATADA.

7.4 A nota fiscal de serviços deverá ser enviada para a CONTRATANTE no e-mail nfe@campinas.sp.leg.br, após o recebimento provisório descrito no item 7.2.

7.5 O recebimento definitivo ocorrerá mediante aceite na Nota Fiscal.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 Após o recebimento provisório disposto no item 7.2 e subitens, a CONTRATANTE receberá a



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A



Central de Contratos e Convênios
econ@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

respectiva Nota Fiscal de cobrança, encaminhada pela CONTRATADA ao e-mail nfe@campinas.sp.leg.br, e deverá aceitá-la e atestá-la, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis de seu recebimento, ou rejeitá-la e solicitar correções/substituições.

8.1.1 A CONTRATADA deverá enviar, junto com a nota fiscal, a seguinte documentação válida e atualizada:

- a) a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- c) o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT): devidamente atualizadas, para conferência de sua regularidade.

8.1.1.1 Caso a CONTRATADA não apresente as certidões ou as mesmas apresentem apontamentos e não seja providenciada a sua regularização, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, a qual será feita por e-mail, poderá sofrer a penalidade discriminada na cláusula oitava, item 10.1.2.2;

8.1.2 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

8.1.3 A CONTRATADA deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual executará o contrato.

8.1.4 É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

8.2 A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição e, a partir da reapresentação da Nota Fiscal correta, se reiniciará a contagem do prazo estabelecido no item 8.1.

8.3 A Câmara Municipal de Campinas providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias após o ateste da Nota Fiscal;

8.4 A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, a título de indenização, glosa ou penalidade aplicada.

8.5 Estão incluídos no valor total os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

necessárias para a entrega dos bens adquiridos;

8.6 Pelo atraso injustificado do pagamento, por parte da CONTRATANTE, incidirá sobre o valor em atraso, a partir do dia posterior à data do vencimento e pro-rata tempore, correção monetária pelo IPCA (IBGE), bem como juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

8.7 A CONTRATANTE se reserva no direito de reter ou sobrestar os pagamentos à CONTRATADA nos casos em que deixar de comprovar ou atrasar a comprovação dos pagamentos dos salários e demais encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários que prestam serviços nas dependências da Câmara Municipal de Campinas, nas condições abaixo:

8.7.1 A retenção se dará até o limite dos valores inadimplidos, podendo somente ser integral nas hipóteses de inadimplemento de obrigações com valores superiores aos devidos à Administração ou no caso de indício documentado desse montante inadimplido;

8.7.1.1 Uma vez quantificadas as obrigações inadimplidas, a suspensão deverá ser convertida em retenção parcial.

8.7.2 A CONTRATANTE retomará o procedimento de pagamento dos montantes retidos, conforme o item 8.1, assim que a CONTRATADA comprovar os pagamentos devidos aos seus funcionários, o que não afasta a possibilidade da aplicação de multa disposta no item 10.1.2.7 deste Contrato.

8.8 Os pagamentos referentes ao último mês de prestação de serviços somente serão liberados após a comprovação da quitação de todas as obrigações trabalhistas, inclusive das verbas rescisórias dos funcionários dispensados.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1 Constituem motivos para extinção do contrato, os quais deverão ser formalmente instruídos nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

9.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

9.1.2 desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por Autoridade Superior;



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

9.1.3 alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

9.1.3.1 No caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, e desde que a CONTRATANTE seja comunicada imediatamente após a referida operação societária, a CONTRATANTE, facultativamente, poderá optar por não rescindir o presente contrato, desde que tal mudança:

- a) Não tenha sido efetuada com o intuito de fraudar o certame licitatório;
- b) Não tenha acarretado violação à isonomia dos licitantes, prejuízo à obtenção da melhor proposta por parte da CONTRATANTE ou prejudicado de qualquer outra forma os preceitos do certame licitatório;
- c) haja justificado interesse público que autorize tal manutenção; e
- d) não prejudique a execução do contrato.

9.1.4 decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

9.1.5 caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

9.1.6 atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

9.1.7 atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

9.1.8 razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9.1.9 não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

9.2 A extinção do contrato poderá ser:

9.2.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.2.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>





Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.2.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.3 A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará:

9.3.1 a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, para fins de pagamento à CONTRATANTE dos valores das multa e de eventuais indenizações por prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;
e/ou

9.3.2 a execução da garantia contratual, para ressarcimento à CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATADA poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 156 da Lei 14.133/21):

10.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente;

10.1.2 Multa, nas seguintes situações:

10.1.2.1 de 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor total do contrato, por dia de atraso para iniciar a execução dos trabalhos, conforme estabelecido na Ordem de Serviços, até o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso, após o que, a critério da CONTRATANTE, poderá ser promovida a extinção do ajuste;

10.1.2.2 de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato, no caso de descumprimento da cláusula 8.1.1.1. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.

10.1.2.3 de 0,5% (meio por cento) do valor mensal do contrato, no caso de duas vacâncias de postos, sem reposição, em único mês, conforme item 5.1.9.2. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC/ICV/202600020A



Central de Contratos e Convênios
 ccon@campinas.sp.leg.br
 Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

10.1.2.4 de 0,5% (meio por cento) do valor mensal do contrato, no caso de ocorrer duas ou mais glosas em percentuais máximos nos pagamentos mensais, em razão de aplicação dos critérios IMR.

10.1.2.5 de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato, no caso de falta de entrega dos equipamentos listados no Termo de Referência. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.

10.1.2.6 de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato mais a extinção do contrato e aplicação da penalidade do item 10.1.4 (inidoneidade), no caso de apresentação de documento falso ou de conteúdo falso (falsidade ideológica).

10.1.2.6.1 Caso seja comprovada a idoneidade da documentação originalmente apresentada, será afastada penalidade do item 10.1.2.6.

10.1.2.6.2 Caso a empresa comprove não ter havido dolo na apresentação da documentação falsa e reapresente documentação idônea no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, poderá ser aplicada apenas a penalidade de multa, sem cumular a extinção do contrato e aplicação da penalidade de inidoneidade.

10.1.2.7 de 1% (um por cento), incidente sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso para o pagamento do salário, dos benefícios assegurados em convenções coletivas ou dos recolhimentos exigidos por lei, até o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso, sem prejuízo da possibilidade de extinção do contrato.

10.1.2.7.1 A imposição de multa não impedirá que a CONTRATANTE promova o sobrestamento do pagamento da nota fiscal, até que os documentos sejam apresentados, ou a retenção dos valores devidos, nas condições e limites do item 8.7 e seus subitens.

10.1.2.8 de 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso para apresentar a documentação trabalhista, conforme Anexo II A deste contrato, até o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso, após o que, a critério da CONTRATANTE, poderá ser promovida a extinção do ajuste;

10.1.2.8.1 A imposição de multa não impedirá que a CONTRATANTE promova o sobrestamento do pagamento da nota fiscal, até que os pagamentos sejam realizados, ou a retenção dos valores devidos, nas condições e limites do item 8.7 e seus subitens.

10.1.2.9 de até 2% (dois por cento), incidentes sobre o valor total do contrato, por descumprimento de qualquer exigência disposta no Termo de Referência, no contrato ou na



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A

MINUTA

lei, não abrangida por outra penalidade mais específica. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.

10.1.2.10 Em caso de rescisão do Contrato pela CONTRATANTE, decorrente do que prevê os subitens 10.1.2.1, 10.1.2.2, 10.1.2.3, 10.1.2.4, 10.1.2.5, 10.1.2.6, 10.1.2.7, 10.1.2.8 e 10.1.2.9, ou de qualquer descumprimento de outra obrigação da contratada, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

10.1.3 Impedimento de licitar e contratar com o Município no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3.1 Nos casos de declaração de impedimento, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de 01 (um) ano da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.1.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.4.1 Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de 03 (três) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.2 No caso de reincidência da conduta tipificada nos itens "10.1.2.2 a 10.1.2.9, exceto com relação ao item 10.1.2.6", a CONTRATANTE poderá, a seu critério, não optar pela extinção do contrato, hipótese em que deverá multiplicar o percentual de multa previsto, pelo número de infrações cometidas.

10.3 As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da CONTRATADA.

10.4 As penalidades previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas com as multas previstas no subitem 10.1.2.

10.5 As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha acarretar ao CONTRATANTE.

10.5.1 O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes





Central de Contratos e Convênios
econ@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujo efeito não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

10.6 Caso a CONTRATADA empregue funcionários conforme recomendado no item 4.7, as eventuais penalidades pecuniárias aplicadas serão reduzidas em 20% (vinte por cento).

10.7 Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

10.7.1 A CONTRATANTE poderá, a seu critério, considerar a gravidade da infração, os antecedentes da empresa, a conduta da CONTRATADA e de seu preposto na solução de problemas apontados pelos fiscais do contrato, para evocar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade nas apurações e aplicações das penalidades estipuladas neste contrato, nos casos em que as sanções se mostrem desproporcionalmente gravosas à CONTRATADA se comparadas aos prejuízos que esta causou à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.5 A Presidência da Casa indicará, através de Ato de Designação, representante, ou



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC/ICV202600020A

MINUTA

representantes, caso haja necessidade, para atuarem como fiscais e gestores do Ajuste, cabendo, a estes as seguintes atribuições, respectivamente:

11.5.1 Aos fiscais: Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE se reserva no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por servidores designados, podendo para isso:

11.5.1.1 Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no termo de referência e contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.5.1.2 Os fiscais técnicos do contrato anotarão no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

11.5.1.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, os fiscais técnicos do contrato emitirão notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.5.1.4 Os fiscais técnicos do contrato informarão aos gestores do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adotem as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.5.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, os fiscais técnicos do contrato comunicarão o fato imediatamente aos gestores do contrato.

11.5.1.6 Os fiscais técnicos do contrato comunicarão aos gestores do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.5.1.7 Os fiscais técnicos farão a recepção dos serviços e aceitarão o objeto caso esse esteja de acordo com o termo de referência e contrato.

11.5.1.8 Os fiscais técnicos trabalharão como interlocutores entre a Câmara e a CONTRATADA.

11.5.2 Ao fiscal administrativo: acompanhar os aspectos administrativos da execução dos





Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

serviços nos contratos quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; emitir relatório a embasar providências a serem tomadas nos casos de inadimplemento fiscal, trabalhista ou previdenciário; atestar se as documentações apresentadas pela CONTRATADA estão em conformidade com as cláusulas do contrato;

11.5.2.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

11.5.3 Os gestores do contrato coordenarão a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, registros de ocorrências e relatório de regularidade documental nos dossiês de documentação, além da(s) ordem(ns) de serviço(s), alterações e prorrogações contratuais nos processos de acompanhamento do contrato.

11.5.3.1 Os gestores do contrato acompanharão a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

11.5.3.2 Os gestores do contrato acompanharão os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.5.3.3 Os gestores do contrato tomarão providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.5.3.4 Os gestores do contrato atestarão as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, em conjunto com o fiscal administrativo ou isoladamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

12.1 A CONTRATADA deverá apresentar garantia no valor de R\$ _____, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste contrato, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste instrumento.

12.1.1 Caberá à CONTRATADA a escolha da modalidade de garantia a ser apresentada, nos



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>





Central de Contratos e Convênios
econ@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

termos do que dispõe o § 1º do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, dentre as que seguem:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.1.2 No caso de apresentação de seguro garantia, a CONTRATADA deverá apresentar no prazo de no mínimo 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

12.1.3 No caso de opção pelo seguro-garantia ou pela fiança bancária, a garantia deverá vigor pelo período de 2 (dois) meses a mais em relação à vigência deste contrato;

12.1.4 No caso de opção pela caução em dinheiro, a garantia será devolvida após 02 (dois) meses do término da vigência do contrato, caso não exista Registro de Ocorrência, Processo Administrativo ou qualquer outra apuração de descumprimento contratual em curso;

12.1.4.1 Caso a CONTRATADA não requeira a devolução da garantia em caução no prazo do item 12.1.4 ou nos meses subsequentes ao prazo, a CONTRATANTE deverá notificá-la para levantar a garantia, primeiramente, no e-mail da proposta comercial e, caso não obtenha resposta, no Diário Oficial do Poder Legislativo de Campinas (diario.campinas.sp.leg.br). Caso não obtenha resposta da Contratada ou por quem a suceda, após 5 (cinco) anos da notificação em Diário, a garantia será usucapida pela CONTRATANTE, conforme o art. 1.262 do Código Civil, e repassada ao tesouro do MUNICÍPIO.

12.1.5 A garantia apresentada na modalidade de caução em dinheiro será devolvida mediante requerimento da CONTRATADA, com correção monetária (mesma aplicável à caderneta de poupança), após a conclusão do objeto do contrato, descontadas as multas não pagas e o valor dos prejuízos causados em razão do não cumprimento das obrigações contratuais ou por qualquer outro motivo pertinente à avença e sua execução, mediante autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campinas.

12.1.5.1 A CONTRATADA ao momento que efetuar o depósito na modalidade caução deverá



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC/ICV202600020A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

informar os dados bancários em que a garantia ou seu remanescente deverá ser devolvida ao final do objeto do Contrato.

12.2 A CONTRATADA perderá a garantia em favor da contratante se este contrato for rescindido por culpa ou dolo imputável à primeira.

12.3 Caso haja aditamento de valor contratual, a CONTRATADA deverá complementar a garantia, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) da somatória do valor do contrato e seu(s) aditamento(s).

12.4 A garantia deverá ser restabelecida, em sua totalidade, caso seja utilizada ou se torne insuficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

13.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

13.2 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

13.2.1 A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

13.2.2 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMCICV202600020A



Central de Contratos e Convênios
econ@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

14.1 O presente contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade "Pregão Eletrônico", homologada pelo Exmo. Sr. Presidente da CONTRATANTE, conforme processo administrativo CMC-ADM-2025/00487, sujeitando-se os Contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações especialmente nos casos omissos.

14.2 Integram o presente contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao protocolo administrativo CMC-ADM-2025/00487, em especial, os anexos do edital do Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, em extrato, no Diário Oficial do Município de Campinas, conforme artigos 174 e 175 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outros sejam.

16.2 A data de assinatura será certificada por servidor lotado na Central de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Campinas, por meio de certidão a ser juntada no subprocesso do contrato CMC-ADM-2025/00487.01, conforme a data em que o último representante de uma das PARTES qualificada no preâmbulo assinar o contrato.

16.3 E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, assinado digitalmente e incluso no processo de contrato CMC-ADM-2025/00487.01, vinculado e criado a partir do processo administrativo CMC-ADM-2025/00487.

Campinas, ____ de _____ de 2026.

LUIZ CARLOS ROSSINI
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

1- _____
Linconl Carlos dos Santos



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC1CV202600020A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

CPF: 352.979.388-48

2- _____

Anne Caroline Forster Garcia da Silva

CPF: 022.019.880-21

3- _____

Ronan Domingues Vieira

CPF: 404.888.438-71

4- _____

João Marcos de Castro Mendes

CPF: 228.028.128-74



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC1CV202600020A

MINUTA

ANEXO I DO CONTRATO - DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELA EMPRESA CONTRATADA À CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

1- A Contratada deverá entregar a Contratante, por e-mail ou por outro meio digital acordado entre as partes, os documentos discriminados nas tabelas abaixo, conforme os prazos e periodicidades estabelecidas, sendo que, no caso de falta de entrega ou atraso, a Contratante poderá reter eventual pagamento à Contratada e/ou aplicar as penalidades, conforme as disposições do contratual.

a) Documentos a serem entregues ao fiscal administrativo no e-mail doc.trabalhista@campinas.sp.leg.br:

DOCUMENTO A SER ENTREGUE:	MOMENTO DA 1ª ENTREGA	PERIODICIDADE DE ENTREGA DO DOCUMENTO:
Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);	Até 5 dias antes do início da execução do serviço	Antes do início da execução dos serviços e toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.
Cópia do Registro de Empregado (de cada funcionário) do livro registro da empresa ou documento equivalente;	Até 5 dias antes do início da execução do serviço	Antes do início da execução dos serviços e toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante (enviar sempre antes do funcionário começar).
Cópia da carteira de trabalho (de cada funcionário) devidamente atualizada, página da identificação do trabalhador e página do contrato de trabalho assinada.	Antes do início da execução do serviço	Antes do início da execução dos serviços e toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.
Convenção Coletiva que abrange a categoria econômica/profissional da	Até 5 dias antes do início da execução do serviço	Antes do início da execução e toda vez que for homologada uma nova Convenção Coletiva



MINUTA

Contratada.		da categoria.
Holerites assinados, ou sem assinatura desde que acompanhado da cópia do comprovante de transferência ao funcionário da empresa que labora na Câmara.	Até dia 21 do mês posterior ao serviço prestado	Mensalmente, até todo o dia 21 do mês posterior ao mês da prestação do serviço (ex. Enviar até 21 de setembro, os holerites referentes aos recebimento do mês de agosto).
Comprovante de pagamento do vale transporte ou da declaração de dispensa assinada pelo colaborador	Até dia 21 do mês posterior ao serviço prestado	Mensalmente, até todo o dia 21 do mês posterior ao mês da prestação do serviço (ex. Enviar até 21 de setembro, os comprovantes referentes ao mês de agosto).
Comprovante de pagamento dos benefícios alimentares (alimentação/refeição), conforme disposto na convenção coletiva da categoria	Até dia 21 do mês posterior ao serviço prestado	Mensalmente, até todo o dia 21 do mês posterior ao mês da prestação do serviço (ex. Enviar até 21 de setembro, os comprovantes referentes ao mês de agosto).
Comprovante de concessão dos demais direitos estipulados nas convenções/acordos coletivos, se houver e se solicitado pelo Fiscal Administrativo.	Até dia 21 do mês posterior ao serviço prestado	Mensalmente, até todo o dia 21 do mês posterior ao mês da prestação do serviço (ex. Enviar até 21 de setembro, os comprovantes referentes ao mês de agosto).
Cópias das Guias e respectivos comprovantes de recolhimento do FGTS	Até dia 21 do mês posterior ao serviço prestado	Mensalmente, até todo o dia 21 do mês posterior ao mês da prestação do serviço (ex. Enviar até 21 de setembro, os comprovantes referentes ao mês de agosto).
Cópias das Guias e respectivos comprovantes de recolhimento do INSS	Até dia 21 do mês posterior ao serviço prestado	Mensalmente, até todo o dia 21 do mês posterior ao mês da prestação do serviço (ex. Enviar até 21 de setembro, os comprovantes referentes ao mês de agosto).
Extrato da conta do INSS e do FGTS dos empregados	Sempre que solicitado	Sempre que a fiscalização solicitar, podendo ser combinado o prazo de entrega não superior a 60 (sessenta)





Central de Contratos e Convênios
 ccon@campinas.sp.leg.br
 Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

		dias.
Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e o comprovante de pagamento das verbas rescisórias	Sempre que houver desligamento de funcionário.	Sempre que houver o desligamento de algum funcionário que prestou serviços nas dependências da Contratante Entregar até o dia 21 do mês posterior a o mês que ocorreu a dispensa.
Comprovante do pagamento das verbas rescisórias e multa rescisória nos casos de despedida sem justa causa ou culpa recíproca.	Sempre que houver desligamento de funcionário.	Sempre que houver o desligamento de algum funcionário que prestou serviços nas dependências da Contratante Entregar até o dia 21 do mês posterior a o mês que ocorreu a dispensa.

IMPORTANTE: A entrega da documentação solicitada visa a comprovação da regularidade, fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa, de modo que somente serão considerados integralmente regulares os documentos que comprovem os pagamentos em dia de salários e demais benefícios, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho que regulamente a relação de emprego entre empresa Contratada e seus funcionários alocados na Câmara, além dos dispositivos geral da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC1CV202600020A



Central de Contratos e Convênios
 ccon@campinas.sp.leg.br
 Ramal: (19)3736-1810

CMC-ADM-2025/00487

MINUTA

b) Documentos a serem entregues aos fiscais do contrato nos e-mails: cmcon@campinas.sp.leg.br, joao.rotta@campinas.sp.leg.br e emilio.souza@campinas.sp.leg.br:

DOCUMENTO A SER ENTREGUE:	MOMENTO DA 1ª ENTREGA	PERIODICIDADE DE ENTREGA DO DOCUMENTO:
Relação de funcionários da Contratada que executarão os serviços na Câmara Municipal de Campinas.	5 dias antes do início da execução do serviço.	Mensalmente até o 3º dia útil do mês posterior ao do serviço prestado.
Carta de nomeação de preposto.	5 dias úteis antes do início do serviço	Sempre com 5 dias úteis de antecedência a troca de preposto, quando a empresa desejar trocar o preposto.
Comprovante de entrega de uniformes novos.	Antes do início da execução do contrato	Conforme periodicidade estabelecida no Termo de Referência e sempre que houver a alteração ou adição de um novo funcionário a trabalhar nas de pendências da Câmara.
Folhas de registro de ponto dos funcionários da empresa alocados na Câmara.	Até o terceiro dia útil do mês subsequente ao mês de referência (terceiro dia útil seguinte ao fechamento do mês).	Mensalmente, sempre no primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de referência (ex. Enviar no dia 03 de maio de 2026, o relatório referente ao mês de abril de 2026).



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



CMC1CV202600020A

MINUTA

c) Documentos a serem entregues ao Técnico em Segurança do Trabalho da Câmara no e-mail: doc.seguranca@campinas.sp.leg.br:

DOCUMENTO A SER ENTREGUE:	MOMENTO DA 1ª ENTREGA	PERIODICIDADE DE ENTREGA DO DOCUMENTO:
Cópia de documento com foto de todos os funcionários.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.
Cópia do Registro de Empregado do livro registro da empresa ou documento equivalente, de todos os funcionários.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.
Cópia da carteira de trabalho, página da identificação do trabalhador e página do contrato de trabalho ou documento equivalente, de todos os funcionários.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.
Programa de Gerenciamento de Risco - PGR.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que o documento precisar ser atualizado (vigência de 24 meses).
Ordem de Serviço de SST das atividades a serem executadas na Câmara Municipal de Campinas, de todos os	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa	Toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.



MINUTA

funcionários.	poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	
Ficha de Registro de Entrega de Equipamento de Proteção Individual, dos funcionários que utilizarem EPI.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.
Documento comprovando orientação/treinamento quanto ao uso de Equipamento de Proteção Individual, dos funcionários que receberem EPI.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.
Atestado de Saúde Ocupacional ASO de todos os funcionários, conforme PCMSO.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	A cada 12 meses e/ou toda vez que houver uma troca de funcionário a prestar serviços nas dependências da Contratante.
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que o documento precisar ser atualizado (vigência de 12 meses).
Certificado NR-6: Equipamentos de Proteção Individual - EPI para todos.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que o documento precisar ser atualizado ou que um novo funcionário da empresa for iniciar a prestação do serviço.
Certificado de Trabalho em Altura para todos os trabalhadores - NR35	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa	Toda vez que o documento precisar ser atualizado ou que um novo funcionário da empresa for iniciar a prestação



MINUTA

	poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	do serviço.
Certificado NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção para todos os trabalhadores.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que o documento precisar ser atualizado ou que um novo funcionário da empresa for iniciar a prestação do serviço.
Certificado NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade para todos os trabalhadores que prestem serviço com contato à eletricidade.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que o documento precisar ser atualizado ou que um novo funcionário da empresa for iniciar a prestação do serviço.
Certificado NR-23: Proteção Contra Incêndios para todos os trabalhadores.	5 dias antes do início da execução do serviço (a falta de entrega impossibilita o início dos serviços e a empresa poderá ser penalizada pelo atraso para o início da execução).	Toda vez que o documento precisar ser atualizado ou que um novo funcionário da empresa for iniciar a prestação do serviço.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

ANEXO III -A

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: _____
 CONTRATADO: _____
 CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
 OBJETO: _____
 ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
 Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**Pelo contratante:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*). Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES**

Pregão Eletrônico nº ____/202__

EU _____ (nome completo), representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do **PREGÃO ELETRÔNICO** _____ realizado pela Câmara Municipal de Campinas, **DECLARO** sob as penas da lei:

- a) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que o LICITANTE está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- c) **Que não possuímos em nossos quadros administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.**

Campinas, ____ de _____ de 202__

Assinatura do Representante Legal

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590****ANEXO V****DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL***(modelo)*

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, está regularmente filiada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical, em anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

Campinas, ____ de _____ de 202__

Assinatura do Representante Legal

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/03/26.
Documento Nº: 444178-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=444178-4648>



C/MC/ICV/202600020A